DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 2186/96 - ASBESTO E AMIANTO		
EVENTO: Audiência Pública	N°: 000308/01	DATA: 08/05/01
INÍCIO: 15:01	TÉRMINO: 17:50	DURAÇÃO: 2:49:00
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2:53:00	PÁGINAS: 69	QUARTOS: 35
REVISORES: DEBORA, ZILFA, VEIGA, CLÁUDIA LUIZA		
SUPERVISÃO: DANIEL, ESTEVAM, GRAÇA, LÍVIA COSTA, MYRINHA, NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: LÍVIA COSTA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOÃO CARLOS DUARTE PAES – Presidente da Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento — ABIFIBRO MARTIM AFONSO PENNA – Diretor-Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis e Cloro Derivados — ABICLOR JEAN CLAUDE BREFFORT – Presidente da Brasilit S/A e Delegado-Geral da Saint-Gobain no Brasil e na Argentina ÉLIO MARTINS – Presidente da Eternit S/A CARL S. SWEET – Presidente da SANO S/A Indústria e Comércio LUIGI BIANCHERI – Diretor-Presidente da Teadit Ltda.

SUMÁRIO: Debate acerca da substituição progressiva da produção e comercialização de produtos que contenham abesto/amianto.

OBSERVAÇÕES
Não foi possível confirmar a grafia correta da palavra “Hoopar” – pág. 55

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Derzi) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.186, de 1996, dos Srs. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira e outros, que "dispõe sobre a substituição progressiva da produção e da comercialização de produtos que contenham asbesto/amianto, e dá outras providências".

Informo aos ilustres Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da sétima reunião desta Comissão Especial, realizada no dia 24 de abril de 2001. Atendendo ao pedido da nobre Deputada Lidia Quinan, declaro dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Daremos início à audiência pública, com a presença de vários convidados, o que muito nos honra. Em nome do Relator e dos demais membros, agradeço a todos pela presteza com que atenderam ao convite desta Comissão. Temos certeza de que a participação dos ilustres expositores em muito enriquecerá o debate.

Participam deste evento os Srs. Jean Claude Breffort, Presidente da Brasilit S/A e Delegado-Geral da Saint-Gobain no Brasil e na Argentina; Élio Martins, Presidente da Eternit S/A; Carl S. Sweet, Presidente da SANO S/A, Indústria e Comércio; Luigi Biancheri, Diretor-Presidente da Teadit, Indústria e Comércio; Gilberto Carlos, Diretor Industrial da Frasle S/A; João Carlos Duarte Paes, Presidente da ABIFIBRO — Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de

Produtos de Fibrocimento —; e Martim Afonso Penna, Diretor-Executivo da ABICLOR — Associação Brasileira da Indústria de Álcalis e Cloro Derivados.

Infelizmente, não temos acomodação para todos os sete expositores à mesa. Peço aos Deputados que ocupem a primeira fila de cadeiras, e os expositores, por gentileza, posicionem-se na segunda bancada. Esta Presidência os chamará um a um, para se pronunciarem.

Comunico aos convidados que, em virtude do início da Ordem do Dia, por volta das 16h, cada um disporá de até 10 minutos para a exposição, não podendo ser aparteados.

Ressalto ainda que a ordem de apresentação dos expositores é fruto de acordo entre os mesmos, para o bom andamento da reunião.

Concedo a palavra ao Dr. João Carlos Duarte Paes, Presidente da ABIFIBRO.

O SR. JOÃO CARLOS DUARTE PAES – Sr. Presidente, Sr. Relator, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, é com grande satisfação que, atendendo ao convite a nós formulado, trago a esta Comissão uma contribuição para o bom desenvolvimento dos trabalhos a que se dispõe, referentes ao Projeto de Lei nº 2.186, de 1996, de autoria dos nobres Deputados Eduardo Jorge e Fernando Gabeira, que dispõe sobre a substituição progressiva da produção e comercialização de produtos que contenham asbesto/amianto.

Não farei considerações sobre o amianto, por não ser nem médico, nem cientista, mesmo porque autoridades capacitadas participaram ou participarão dos trabalhos desta Comissão.

Falarei sobre as atividades do setor do fibrocimento no Brasil, que teve início em 1927. Atualmente são dezesseis empresas, com 22 fábricas atuando no Brasil, das quais treze são associadas à ABIFIBRO.

O mercado de fibrocimento é realmente muito importante, sendo o maior consumidor do amianto produzido no País. Estimo que esse consumo gira em torno de 90%. O setor tem um mercado de aproximadamente 400 milhões de metros quadrados de cobertura, nos quais tem ou tinha participação de aproximadamente 50%.

A nossa produção é da ordem de 2 milhões e 100 mil toneladas/ano. No setor de caixas d'água, estimamos uma produção de aproximadamente 2 milhões e 600 mil unidades. Tínhamos 90% de participação no setor; hoje temos em torno de 50%.

Vou falar um pouco sobre os trabalhos que o setor sempre desenvolveu em defesa do uso do amianto. Em 1984, formamos uma associação denominada ABRA — Associação Brasileira do Amianto —, que, a partir de então passou a divulgar critérios para o uso seguro da fibra no Brasil. Um trabalho muito interessante, que se estende até hoje, com atividade muito forte.

De 1986 a 1990, participamos da aprovação da Convenção nº 162 da OIT, ratificada pelo Exmo. Sr. Presidente da República em 1990. Em 1989, formulamos o primeiro acordo tripartite, com a participação de trabalhadores e industriais. Um acordo moderno, eu diria, que persiste até hoje e que procurou dar ao trabalhador condições dignas e seguras de trabalho, cuidando de vestimenta, alimentação e da possibilidade de fiscalização da área laboral pelo trabalhador.

Em 1991, esses trabalhos possibilitaram a edição da Portaria nº 01, do Ministério do Trabalho, que também ditava normas de segurança para o uso seguro do amianto.

De 1993 a 1996, participamos ativamente da análise do Projeto nº 3.981/93, de autoria do Deputado Eduardo Jorge, que culminou com a edição da Lei nº 9.055 e, posteriormente, do Decreto Regulamentador nº 2.350.

Em 1996, fundamos a ABIFIBRO — Associação Brasileira das Indústrias e Distribuidores de Produtos de Fibrocimento — e, em 1999, participamos da confecção de um programa muito interessante denominado **Mãos à Obra**, amplamente divulgado pela **TV Globo**, orientando as camadas de baixa renda — que nós chamamos de formigas, não em sentido pejorativo, mas por serem muito laboriosas e necessitadas —, desde a escolha do terreno, a feitura da documentação, a instalação do canteiro de obras até a conclusão da obra. Nesses programas naturalmente tivemos oportunidade de sugerir o uso de materiais adequados para aquele tipo de construção. Entre eles, o fibrocimento sempre teve referência muito favorável pelo seu custo/benefício.

Trabalhamos muito em todos os projetos que faziam referência à proibição do uso de amianto. Em 1997, em São Paulo, fizemos esforço muito grande, tentando alterar lei municipal sobre o assunto. Agora, trabalhamos em Porto Alegre, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Osasco e Mato Grosso do Sul. Recentemente começamos a colaborar com o Deputado Estadual Roberto Gouveia, de São Paulo, na elaboração de uma nova lei.

Em face do crescimento das campanhas internacionais sobre o banimento ocorrido na Itália e posteriormente na França, bem como na Organização Mundial do Comércio, além do recrudescimento das campanhas contra o amianto no Brasil, tanto na imprensa falada quanto na imprensa escrita e televisionada, as indústrias não condenaram o amianto, mas por uma questão puramente mercadológica, diante de todas essas apresentações, começaram a inibir o desenvolvimento da comercialização dos nossos produtos. Nós anunciamos, então, que as empresas associadas à ABIFIBRO passariam a adotar medidas no sentido de utilizar fibras alternativas em substituição ao amianto.

Quais os motivos que nos levaram a tomar essa decisão? Primeiro, a edição precoce da legislação. Esse projeto hoje sob análise propõe a proibição em um ano. Nós sugerimos em oito anos, necessários para resguardarmos os interesses do próprio usuário. Esses milhões de metros quadrados instalados necessitam de reposição. Dessa forma, permitiríamos uma transformação lenta e segura, garantindo o abastecimento das revendas, a fim de que não se prejudicasse a comercialização. Naturalmente tudo isso redundaria na manutenção dos empregos.

O resguardo do valor patrimonial das empresas nos preocupava e preocupa demais, porque os investimentos são muito altos. Nós consideramos que, em âmbito internacional, a empresa que utiliza amianto sofre restrições. Portanto, o valor de seu investimento patrimonial é descaracterizado.

Lamentavelmente temos de reconhecer que todas as nossas preocupações se confirmaram de forma muito mais agressiva do que imaginávamos. Nas esferas municipal, estadual e federal há 38 projetos em tramitação, mais sete legislações já aprovadas, que carecem de regulamentação; alguns projetos estão paralisados, outros estão em andamento ou em votação. Eu diria que do Amazonas ao Rio Grande do Sul há projetos desse tipo.

A comercialização do produto, a nosso ver, atualmente sofre restrição entre 20% e 30%. Há grandes empresas, principalmente no âmbito internacional, que se recusam a receber produtos de fibrocimento que contenham amianto. Enfim, houve fortíssimas campanhas naquela época e há, atualmente, sendo que as atuais não se restringem ao amianto. Dirigem-se muito mais objetivamente aos produtos que contêm amianto.

Todos os projetos que tramitam proíbem produtos ou equipamentos construídos com amianto e destinados à construção civil. Quer dizer, hoje, é o

produto que está sofrendo. Há campanhas de empresas de produtos alternativos aos produtos de fibrocimento, diria mais, da área de coberturas.

Lerei rapidamente notícia veiculada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 4 de abril de 2001, que diz o seguinte:

> *Proibição do amianto abre mercado para siderúrgicas.*
>
> *As companhias siderúrgicas brasileiras estão investindo e se preparam para ocupar o espaço do amianto no setor de construção civil. Utilizado principalmente em telhas e caixas d'água, o material está banido em vários países por ser tóxico e supostamente cancerígeno. No Brasil também há forte pressão contra o produto.*
>
> *A fábrica, uma **joint venture** entre a USIMINAS — 60% — e a japonesa Nippon Steell, recebeu investimentos de 250 milhões de dólares.*
>
> *O Gerente de **marketing** da USIMINAS, Sérgio Leite, disse que até 35% da capacidade da fabricação pode ser destinada à construção civil. A companhia quer 15% desse mercado.*

Quer dizer, ela quer tomar 15% do nosso mercado.

Nós temos ainda publicação da Construção Metálica, que diz:

> *Um novo mercado para os fabricantes de telhas.*
>
> *A proibição do uso do amianto em construções no Estado de Mato Grosso e nas cidades de Osasco, Mogi Mirim, São Caetano e, recentemente, em São Paulo, à*

semelhança do que ocorreu nos países desenvolvidos, abre um grande mercado para os fabricantes de coberturas metálicas.

O uso de coberturas metálicas na área residencial é incipiente, estimando-se que ele é menor que 1%.

Tomara que em breve ocupemos 30% a 40% do espaço que a proibição do amianto vai deixar.

E mais:

Recentemente, várias cidades do Brasil vêm proibindo a utilização das telhas de fibrocimento, isto é, uma produção de telhas que se auto-intitulam de telhas ecológicas.

Por tudo isso, Srs. Deputados, senhoras e senhores trabalhadores, não vou condenar o amianto, porque o setor de fibrocimento deve muito ao amianto. Se ele cresceu no Brasil foi pela presença do amianto em nosso País e em nossa produção. Mas única e exclusivamente por razões mercadológicas, as nossas indústrias são voltadas para o mercado de coberturas e abastecimento de caixas d'água. Trata-se de mercado que deve corresponder à expectativa e ao investimento das indústrias.

Por essas razões, as empresas do setor, associadas da ABIFIBRO, desenvolvem estudos para utilização de fibras alternativas ao amianto em alguns produtos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Derzi) – A Mesa agradece ao Dr. João Carlos Duarte Paes, Presidente da ABIFIBRO, sua participação.

Peço ao nobre expositor que se acomode na segunda fileira, para gentilmente ficar à disposição dos debates.

Solicito a presença agora do Dr. Martim Afonso Penna, Diretor-Executivo da ABICLOR — Associação Brasileira da Indústria de Álcalis e Cloro Derivados. O Dr. Martim terá dez minutos para a sua exposição.

Agradecemos ao Dr. Martim Afonso Penna a gentil presença.

O SR. MARTIM AFONSO PENNA – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Flávio Derzi; Exma. Sra. Vice-Presidente, Deputada Lidia Quinan; Exmo. Sr. Relator, Deputado Ronaldo Caiado; Exmos. Srs. Parlamentares presentes, demais convidados, senhoras, senhores, boa tarde.

Para nós da ABICLOR é um prazer e uma satisfação estar hoje presente aqui e ver que, nestas audiências públicas — e as tenho acompanhado —, está havendo um processo de engrandecimento na tomada de posição de uma Casa soberana. Então, realmente, eu o cumprimento, Sr. Presidente, pelo andamento dos trabalhos.

Ditas essas palavras, gostaria de fazer uma apresentação sobre o setor cloro-soda, caracterizando o setor propriamente dito, para depois comentar o uso do amianto-crisotila pelo setor.

(Exibição de vídeo.)

> *(Inaudível) ...febre tifóide e disenteria.*
>
> *A cloração da água é considerada por especialistas do mundo inteiro como o mais importante método de desinfecção da água, sendo creditado a isso o aumento da expectativa de vida da população de alguns países em mais de 50%.*

*A revista **Time** e a **Veja Milenium**, em matérias especiais, destacaram a filtragem da água potável e o uso do cloro como um dos cem fatos que mudaram o mundo do ano 1001 até hoje, talvez os avanços mais importantes do milênio na área de saúde pública.*

Oitenta e cinco por cento dos remédios contêm ou são fabricados com o uso do cloro. Ele é fundamental na obtenção de medicamentos para tratamento de moléstias do coração, hipertensão, câncer, AIDS, pneumonia e várias outras.

O cloro é também essencial aos agentes antibacterianos e antifúngicos que revolucionaram o tratamento das infecções humanas. É também usado em materiais muito empregados nos hospitais, como bolsas de soro e de sangue, catéteres, luvas cirúrgicas, tubos endotraquiais e vários outros.

O cloro foi industrializado no Brasil a partir de 1933. Hoje, o setor tem 12 unidades fabris, com uma capacidade de produção anual de 1 milhão e 300 mil toneladas.

A cadeia produtiva do cloro emprega diretamente algo próximo de 13 mil pessoas, na maior parte, qualificadas. É indutor de mão-de-obra por ser um insumo essencial para o funcionamento da grande maioria das

indústrias. Além disso, tem forte influência socioeconômica nas regiões onde é produzido.

Particularmente no Nordeste, onde se concentram 64% de sua produção, a indústria de cloro contribui para o desenvolvimento da indústria do sal, que é a sua principal matéria-prima.

*O setor tem faturamento anual superior a 660 milhões de dólares. Por sua vez, sua e*xtensa cadeia produtiva, que engloba desde a construção civil até indústrias de telecomunicações, gera um faturamento de dezenas e dezenas de bilhões de dólares.

No processo de fabricação do cloro é produzida também soda cáustica, outra importante matéria-prima utilizada em vários segmentos como alimentos e bebidas, têxtil, sabões e detergentes, papel e celulose, alumínio, química e petroquímica, entre outros. A existência da soda cáustica reforça a importância desta indústria.

O Brasil é líder latino-americano na produção de cloro-soda, com 60% do total produzido na região.

O cloro e a soda cáustica são produzidos industrialmente pelo processo de eletrólise de uma solução de salmoura. Neste processo obtém-se também o hidrogênio.

Atualmente existem três tecnologias industriais de eletrólise para separação de cloro, soda cáustica e

hidrogênio. São elas diafragma de amianto, amálgama de mercúrio e membrana. A produção no Brasil sujeita-se à Lei Federal 9.976, de 03 de julho de 2000.

O processo de diafragma de amianto é o mais utilizado no Brasil, com 72% do total produzido, e também nos Estados Unidos, 71% do total produzido. O amianto é utilizado em condições totalmente seguras e encontra-se regulamentado por legislação específica.

É importante mencionar que ele não faz parte dos produtos finais, sendo utilizado apenas no processo de fabricação.

A indústria do cloro utiliza o amianto do tipo crisotila, que é impregnado a vácuo sobre uma tela metálica em ambiente confinado e sem o contato humano. Ele é utilizado na forma úmida, o que impede a formação de poeira e, por conseqüência, a aspiração de fibras. Nessas condições, não existem problemas na sua utilização.

A indústria brasileira apresenta índices de concentração de fibras no ar bem inferiores aos exigidos pela Norma Regulamentadora nº 15. *A legislação norte-americana, que é mais restritiva nesse aspecto, exige 0,2 fibras por centímetro cúbico, estando os índices brasileiros abaixo de 0,1 fibra por centímetro cúbico.*

Depois de utilizado, o amianto é devidamente acondicionado em embalagens resistentes e impermeáveis, lacradas e identificadas adequadamente, para disposição final em aterros de resíduos industriais.

A indústria do cloro-soda consome apenas 0,03% da produção brasileira de amianto-crisotila. O processo de fabricação à base de mercúrio ... (interrupção)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Derzi) – Dando prosseguimento à exposição...

O SR. MARTIM AFONSO PENNA – Sr. Presidente, para concluir minha apresentação, tenho uns **slides** que mostram o uso efetivo, no Brasil, nas fábricas. Então, vou apresentar esse material, mas gostaria de comentar também, Sr. Presidente, que, para esta audiência pública, fiz contatos com as várias associações co-irmãs, em âmbito mundial, como a EUROCLOR, na Europa, e a Chlorine Institute, que abrange Estados Unidos, Canadá e México, e trouxe o que existe de mais recente em termos de legislação e a situação do setor nesses países. Depois vou deixar com V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Derzi) – Muito bem, passo-o às mãos do nobre Relator Ronaldo Caiado.

O SR. MARTIM AFONSO PENNA – Recapitulando rapidamente, o processo de fabricação de cloro-soda é muito simples: partindo-se de solução de salmoura e energia elétrica, chega-se à dissociação da molécula em cloro, soda e hidrogênio.

Próximo. Esta foi a real produção global de cloro por tecnologias em 2000. Chamo a atenção para o fato de que o diafragma de amianto, no Brasil, responde por 71% da produção, a qual, ano passado, foi de 1 milhão e 200 mil toneladas por

ano, nos Estados Unidos, por 69%, 14 milhões e 100 mil toneladas por ano, doze vezes a capacidade da produção nacional, e, na Europa Ocidental, onde o processo tecnológico mais em uso se dá por células de mercúrio — o segundo mais utilizado no país, respondendo por 25% —, por 23%, 9 milhões e 200 mil toneladas por ano, oito vezes nossa capacidade.

Próximo. Onde se usa a crisotila? Na célula eletrolítica, no diafragma, para a separação, no anodo, do cloro e, no catodo, da soda e do hidrogênio.

Próximo. Quais são as vantagens de um diafragma de crisotila? A segurança. A separação do hidrogênio e do cloro, que tendem a recombinar-se rapidamente, e misturas de hidrogênio e cloro acima de 5% em volume são altamente explosivas. O diafragma crisotila permite manter essa separação. Além disso, apresenta excelente resistência química tanto a ácidos quanto a álcalis e muito boa resistência mecânica e particularmente — sobretudo neste momento do Brasil, em que se fala de racionamento e apagões, situação que deve persistir pelo menos durante 2001 e eventualmente 2002 — apresenta baixo consumo de energia elétrica na célula. Essa é uma grande vantagem do diafragma de crisotila: é a célula que apresenta o menor consumo de energia elétrica.

Próximo. Com relação às condições de uso, os senhores vão poder ver mais à frente que ele é totalmente controlado em todas as etapas do processo. São feitas avaliações médicas regulares pelo menos uma vez por ano; a cada dois anos, um teste de espirometria; avaliações higiênicas e ambientais, a cada seis meses. O laboratório da ABRA vai ao local e coleta amostras de dez a dezesseis pontos nas fábricas. Já fizemos validação desses testes em laboratório nos Estados Unidos, que mostram que estão perfeitamente dentro dos padrões. Toda a produção é feita

conforme padrões internacionais, particularmente o Panfleto nº 137 do Chlorine Institute, que regulamenta a produção em todo o mundo de cloro e soda.

Próximo. Só pessoas treinadas e usando Equipamentos de Proteção Individual — EPIs — têm acesso à estocagem e à área de trabalho, feita num ambiente confinado. A pressão interna nessas salas é ligeiramente inferior ou negativa em relação à externa, para evitar que uma possível fibra vá para o ambiente externo, e toda exaustão do ar é feita por filtros manga de alta eficiência: 99,97% para partículas de cinco micras ou acima. O crisotila tem 0,5, ou seja, quase o dobro.

Próximo. Fornecimento. O fornecedor único é a SAMA; o asbesto branco, crisotila; os associados da ABICLOR, para comprarem o produto, precisam estar cadastrados no Ministério do Trabalho; nosso consumo é muito baixo: 160 toneladas/ano; as embalagens são de 50 quilos, tipo exportação, em **pallets** hermeticamente fechadas e embaladas, como pode ser observado, e todo o transporte é rodoviário e lonado — além dessas preocupações todas, os caminhões ainda são lonados ou fechados.

Próximo. Esta é uma área típica de estocagem. Ela está devidamente sinalizada, o acesso é permitido somente a pessoas autorizadas e é obrigatório o uso dos equipamentos pessoais de segurança.

Próximo. Este é o equipamento de trabalho nas áreas de estocagem, manuseio e fabricação: macacão de Kevler, máscara, luvas de látex e botas de borracha.

Esta é uma área de descontaminação. Ao deixar a área de trabalho, o empregado lava a bota. Talvez os senhores consigam ver que existem chuveirinhos que lavam a bota do empregado. Essa água vai para uma canaleta confinada e

específica da área isolada e passa por um filtro prensa, deixando recolhida qualquer fibra ou material que ali se encontre.

Próximo. Esta é a forma da área de descontaminação. O empregado faz aspiração da roupa, tira seu equipamento, é feito o descarte e é tudo hermeticamente selado.

Próximo. Quais são os resíduos gerados? Os EPIs usados; as embalagens, as mangas de filtro e qualquer amianto residual proveniente da lavagem. Todo esse material é embalado em sacos duplos, impermeáveis e lacrados e devidamente identificados. A maior parte dos resíduos vai para os aterros industriais. Pequena parcela ainda é mandada para reciclagem. A disposição do aterro industrial, como foi visto, tem acesso restrito, a área é identificada e sua responsabilidade é da operação. Existe o mapeamento da área: ela é demarcada e regularmente atualizada, quando qualquer material é depositado.

Próximo. Estas são fotos da área do aterro industrial.

Sintetizando, requisitos para o uso. Treinamento para empregados. Apenas 24 empregados no Brasil inteiro têm algum tipo de contato com o amianto-crisotila na fabricação de cloro-soda, sendo doze próprios e doze contratados, que têm exatamente o mesmo tipo de atenção e cuidado. Não existe distinção.

Existe um programa de acompanhamento médico, como eu disse, as áreas são demarcadas, os acessos restritos e é obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual.

Há vestiários específicos, armários e chuveiros nas áreas confinadas, tudo segregado, e os controles de engenharia e as práticas operacionais para prevenir a exposição do empregado são escritos e aprovados.

Finalmente, os procedimentos identificando níveis de exposição, manuseio e práticas operacionais são disponíveis e as informações disponibilizadas aos empregados. Isso é discutido nas CIPAs e nos sindicatos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Derzi) – A Mesa, em nome do Relator e dos membros desta Comissão, agradece a participação ao Dr. Martim Afonso Penna, pedindo gentilmente que se acomode na segunda fileira e fique à disposição para os debates.

Concedo a palavra ao Dr. Jean Claude Breffort, Presidente da Brasilit S/A e Delegado-Geral da Saint-Gobain no Brasil e na Argentina, por dez minutos.

Passo a Presidência à ilustre Deputada Lidia Quinan.

O SR. JEAN CLAUDE BREFFORT – Exma. Sra. Presidenta, Deputada Lídia Quinan, Exmo. Sr. Relator, Deputado Ronaldo Caiado, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, em primeiro lugar, agradeço a esta Comissão o privilégio de comparecer hoje para dar nossa visão à delicada questão do amianto.

Em respeito a esta Comissão, e considerando a importância vital do tema para o nosso setor, interrompi minha viagem à Europa e voltei antecipadamente, para estar presente a esta audiência.

Peço desculpas aos senhores por infelizmente não ter o domínio que gostaria do português. Creio que, com a ajuda de um suporte visual, não haverá mal-entendido pelo meu sotaque.

Vou dividir esta apresentação em três partes: na primeira, explicarei rapidamente quem somos; depois, o corpo da exposição será a posição da nossa companhia na questão do amianto; por fim, tentarei dar conclusão sobre os caminhos que vemos nessa delicada questão.

Quem somos? O primeiro no mundo. A companhia de Saint-Gobain foi fundada em 1665, é uma velha dama, mas respeitável, faz parte da história da França, com mais de três séculos de existência; é um grupo mundial constituído de mais de mil e duzentas empresas, presentes em 46 países; tem vendas anuais de 65 bilhões e investimentos anuais acima de 4 bilhões; conta com 170 mil funcionários no mundo.

No Brasil estamos estabelecidos desde 1937, com um faturamento anual de 3 bilhões de reais e 12 mil funcionários. O País para nós é muito importante, porque é o único do mundo, além de França e Alemanha, em que temos todas as atividades de grupo representadas, num conjunto de 45 fábricas, mais uma rede de distribuição de dez lojas de material de construção, em São Paulo. Os investimentos dos últimos quatro anos ultrapassaram 1 bilhão de reais.

Aparecem nessa tela algumas das marcas mais conhecidas que usamos neste País. No setor do fibrocimento, que é objeto do trabalho desta Comissão, nossos interesses estão concentrados na Brasilit, que também detém 55% da Eterbrás, uma **joint venture** de produção de fibrocimento, que dividimos com a Eternit. O fibrocimento representa para nós vendas anuais de 200 milhões de reais, ou seja, 7% das vendas da Sant-Gobain no Brasil e apenas 0,3% das vendas mundiais do nosso grupo.

A Brasilit é conhecida há muitos anos por ser líder no setor, com uma participação estimada em 28%. Aproveito para lembrar que a Saint-Gobain não tem participação direta na mina, mas participa com 13% do capital votante da Eternit.

Sra. Vice-Presidenta, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, pretendo agora explicar qual a posição da Saint-Gobain em relação ao amianto. Posso dizer, sem nenhum constrangimento, que sempre participamos ativamente da defesa do uso

seguro do amianto. Isso, aliás, nos valeu muitas críticas da mídia, por sermos vistos como o ator principal do **lobby** pró-amianto. A propósito, passo à Vice-Presidenta cópia de alguns artigos publicados na mídia para que os distribua aos integrantes desta Comissão.

Quando foi adotada a decisão de banimento generalizado na Europa, em maio de 1999, percebemos que a pressão mundial, e sobretudo a brasileira, tinha-se tornado para nós irreversível, principalmente porque ela atingiria mais fortemente o mercado consumidor. A partir daquela data, entendemos que a sobrevivência do fibrocimento passava, infelizmente, mas obrigatoriamente, pela substituição do amianto.

Alertei pessoalmente o setor, em meados de 1999, sobre a necessidade de buscar rapidamente uma solução alternativa para o amianto e de se tentar achar uma regra de passagem que fosse viável para o setor e para a mina de Canabrava. Em paralelo às discussões setoriais, a Brasilit, que naquele momento não tinha nenhuma tecnologia alternativa pronta, comprou da SIL, na Itália, o **know-how** da produção com PVA e completou seu desenvolvimento no Brasil. Pôs sua tecnologia à disposição da Eternit, que é nossa parceira na Eterbrás, e de todas as empresas do setor.

Gostaria de voltar um pouco e esclarecer por que, na nossa avaliação, esse movimento é julgado irreversível.

Três pontos me parecem determinantes. Em primeiro lugar, as repetidas campanhas na mídia, quer sejam a favor quer sejam contra o amianto. E muito pior: as decisões de vários países banindo o seu uso, chegaram a confundir e abalar o consumidor, criando grande desconfiança em relação ao produto.

Em segundo lugar, diante da existência, como foi lembrado pelo Presidente da Associação, de sete leis votadas e de trinta e sete projetos de lei federais, estaduais e municipais, parece-me muito difícil menosprezar a constatação de que a sociedade civil está realmente preocupada e já se posicionou.

Em terceiro lugar, existe hoje um consenso no setor, já é considerado como realidade de mercado e várias indústrias fora do fibrocimento já estão prontas para ocupar o espaço aberto e se aproveitar do mesmo.

Nossa leitura dos fatos e acontecimentos é de que, infelizmente, não há escolha para o setor do fibrocimento. É uma questão de sobrevivência: ou faz a conversão, ou está condenado.

Voltando às campanhas na mídia, achei interessante mostrar a V.Exas. uma seleção de artigos. Para não tomar tempo, deixei à disposição desta Comissão cópias dos artigos mostrando que qualquer postura que nossa empresa tomou sempre foi criticada.

Durante muitos anos, o grupo foi visto como líder do **lobby** pró-amianto. Quando optamos pela substituição, após a decisão da Europa em 1999, fomos vistos como adversários do amianto. Essa campanha contra nossa empresa se articula, na verdade, em torno de cinco críticas, que considero, no mínimo, equivocadas. A primeira é que a multinacional atuaria contra os interesses brasileiros; a segunda é que a Saint-Gobain, sendo produtora de PVA, buscaria, por isso, eliminar o amianto; a terceira é que a Saint-Gobain buscaria a indenização pelo fechamento da mina; e as duas últimas críticas são aquelas que dizem que as fibras alternativas são seis vezes mais caras do que o amianto, e que o PVA seria perigoso para a saúde humana.

Sras. e Srs. Deputados, permito-me estranhar essas críticas. Só posso atribui-las à falta de informação, pois a realidade é outra. É no mínimo injusto dizer que a Saint-Gobain atua contra os interesses brasileiros, uma vez que nosso grupo é um dos maiores investidores estrangeiros no País. Ainda hoje, neste exato momento, nossa matriz está transferindo para o Brasil 230 milhões para o fechamento do capital de três das nossas controladas no Brasil.

Quanto à alegada produção de PVA, é pura fantasia ou desinformação. Afirmo da maneira mais solene que a Saint-Gobain não tem o menor interesse nem qualquer ligação, direta ou indireta, com qualquer produtor de PVA.

Por fim, afirmo também que a Saint-Gobain não tem qualquer interesse na alegada indenização da mina, uma indenização, aliás, que os juristas consideram duvidosa.

Sobre o custo das novas fibras, posso dizer que é absolutamente verdade que o PVA custa hoje mais caro do que o amianto, mas é verdade também — e se esconde isso — que a quantidade usada para fazer o produto é quatro ou cinco vezes menor. Também esquecem de dizer que, com os ganhos de escala e a concorrência, com certeza haverá uma redução de custo importante no preço da fibra alternativa. Hoje, ainda estamos no início da curva de experiência.

Com relação às caixas d'água, já chegamos a um produto com fibra alternativa cujo custo é igual ao da caixa feita com amianto. O produto está no mercado há algumas semanas tendo o mesmo preço que a caixa feita com amianto. No que diz respeito às telhas, é verdade que ainda não chegamos lá. Para isso precisamos de um prazo. Mas o objetivo é limitar o diferencial abaixo de 20%. Confesso que esse percentual é alto, mas lembro, apenas para relativizar as coisas, que o cimento nos últimos dois anos aumentou 80%.

A respeito dos alegados riscos com a micro-sílica usada no PVA, não pretendo entrar no mérito por não ser médico ou cientista. Trouxe apenas a esta Comissão o resumo da documentação mundial existente sobre o assunto, recolhido pelos peritos do nosso centro de pesquisa e desenvolvimento. Deixarei esse material com a Presidência da Comissão para dar conhecimento aos Srs. Deputados.

Essas conclusões podem ser resumidas em três pontos que considero importantes. Há hoje um amplo consenso científico mundial de que o PVA é um material mais seguro do que o amianto-crisotila. Não sou eu quem diz isso, mas os peritos mundiais que realizaram esse estudo. Há um consenso mundial de que o PVA é um material seguro, usado há mais de cinqüenta anos em várias indústrias, inclusive na área da saúde humana. Finalmente, há consenso científico de que a micro-sílica, por ser matéria amorfa, não apresenta risco à saúde humana.

Em resumo, defendíamos o uso seguro enquanto acreditávamos que a lei brasileira de 1995 seria obedecida e aceita pelo mercado. Infelizmente, consideramos hoje a batalha perdida. O mercado venceu aqui, aliás no mundo todo. Consideramos que não há retorno. Não fazemos a conversão para perder dinheiro, como alguns pensam. Nunca foi hábito de nosso grupo entrar em segmentos sem visibilidade. Temos a convicção de que os produtos alternativos terão a devida qualidade e competitividade para se manterem no mercado.

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, para encerrar este depoimento, compartilhar minha conclusão com aquela a que o próprio Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior chegou nesta Comissão há algumas semanas. A nosso ver só há dois caminhos, que levam ao mesmo fim: ou o legislador estabelece uma regra de passagem com prazo para a indústria se adaptar e para termos os meios de achar soluções alternativas para a mina; ou a indústria

fará essa conversão de qualquer jeito, mas muito mais rapidamente nesse caso, com medo de outros ocuparem o espaço.

Entendemos perfeitamente o problema dos funcionários da cidade de Minaçu, mas cremos que soluções podem ser encontradas. Como o próprio Ministro mencionou nesta sala, também pensamos que fechar os olhos não salvaria em nada a mina e prejudicaria um setor inteiro, muito mais importante.

Sra. Vice-Presidenta, eram essas as minhas considerações iniciais. Agradeço a V.Exa. pela paciência e, mais uma vez, peço muitíssimas desculpas por ter maltratado a sua belíssima língua. Fico à disposição para responder às perguntas mais tarde.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) – Agradecemos ao Sr. Jean Claude Breffort pela participação. S.Sa. interrompeu sua viagem à Europa para comparecer à Comissão.

Ouviremos agora o Sr. Élio Martins, Presidente da Eternit. V.Sa. dispõe de até dez minutos. Estamos dando uma tolerância adicional de cinco minutos.

O SR. ÉLIO MARTINS – Sra. Vice-Presidenta, Deputada Federal Lidia Quinan, Sr. Relator, Deputado Federal Ronaldo Caiado, demais Parlamentares integrantes desta Comissão, senhoras e senhores, agradeço-lhes pelo convite. Procurarei dar minha contribuição aos trabalhos desta Comissão Especial.

Em primeiro lugar, falarei um pouco sobre a empresa que represento, suas controladas e coligadas.

A Eternit S/A está presente no mercado há mais de 60 anos, produzindo telhas e caixas d'água de cimento amianto e, junto com a PRECON Goiás, uma de suas empresas controladas, detém aproximadamente 25% do mercado de cimento

amianto no País. Atuamos também no mercado de painéis de cimento amianto para divisórias, paredes e mezaninos, através da Wagner Ltda.

Merece destaque especial a empresa SAMA, Mineração de Amianto, que também é 100% de propriedade da Eternit, sendo esta a única mineradora de amianto-crisotila no País e uma das principais no mundo, produzindo atualmente cerca de 200 mil toneladas/ano de amianto-crisotila, dos quais 30% são exportados para vários países tais como: Japão, Índia, Tailândia, Indonésia, Malásia, Emirados Árabes, Sri Lanka, Alemanha, Nigéria, México, Colômbia, Equador, Chile, Uruguai, Bolívia e Argentina.

Modelo de empresa na sua atividade, tendo sido a primeira mineradora de amianto do mundo a conquistar as certificações ISO 14.001, de Gestão Ambiental, e ISO 9.002, de Gestão de Qualidade.

Vale lembrar ainda que temos uma associação industrial com a Brasilit S/A, na empresa Eterbrás Tec Industrial Ltda., também fabricante de produtos de cimento amianto, cuja participação da Eternit em seu capital social é de 45%.

A Eternit é uma empresa nacional de capital aberto, com ações na bolsa de valores, não possuindo acionista controlador, sendo seus principais acionistas DINAMO – Fundos de Investimentos em Ações (25,17%); Fundo Banco Central Previdência Privada – CENTRUS (17,49%); Brasilit S/A (9,11%); Fundo de Participação Social – BNDS (8,41%); AMINDOS **Holding** (6,81%) e Empreendimentos e Participações HOLPAR (4,31%).

Percorri grande parte dos Municípios brasileiros ao longo do tempo. Vivenciei suas realidades e posso lhes assegurar que os produtos de cimento amianto cumprem uma função social junto à população de baixa renda. Depois da

improvisada lona preta, a telha de 4 milímetros de cimento-amianto é a cobertura que ainda está ao alcance do poder aquisitivo desta gente.

Embora nossa atividade esteja devidamente regulamentada por uma legislação federal rigorosa e atualizada, a qual cumprimos fielmente, as crescentes campanhas e iniciativas contrárias ao amianto estão desestabilizando o mercado de cimento-amianto no Brasil. Essas campanhas sempre foram muito fortes no cenário internacional e nos últimos três anos tornaram-se expressivas no Brasil.

Em decorrência do acirramento dessas iniciativas contrárias ao amianto, a atividade passa por questionamentos que influenciam negativamente a opinião pública em geral e, de maneira especial, o consumidor. Somando-se a isso, contamos atualmente com 38 projetos de lei que estão tramitando nas esferas municipal, estadual e federal, além de seis leis municipais e uma lei estadual, já aprovadas, proibindo a utilização do amianto e seus derivados.

Muito foi feito pela Eternit e pela SAMA na defesa do amianto-crisotila ao longo dos últimos anos, com o objetivo de esclarecer a opinião pública e preservar a atividade.

A Eternit e a SAMA sempre lideraram este processo de defesa, onde poucas foram as vozes de apoio que se juntaram a nossa causa. Mas, por outro lado, muitas foram as críticas, quase sempre infundadas.

A estratégia de defesa desenvolvida pela empresa contou, em suas diversas etapas, com inúmeras iniciativas em várias direções, tendo como ponto de maior visibilidade o uso da mídia através de veiculação nos principais jornais e revistas do País, tais como: **Veja, IstoÉ, Gazeta Mercantil, O Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Correio Braziliense, Diário da Manhã, O Popular, Estado de Minas,** entre vários outros.

Permitam-me mostrar estas publicidades. Revistas **Veja** e **IstoÉ**: este foi um dos anúncios que nós veiculamos. Neste segundo anúncio, falamos das ISOs que a empresa teria conquistado. Além desses vários veículos, obviamente utilizamos muitos outros de alcances regionais.

Considerando-se o conjunto de ações desenvolvidas nos últimos três anos, na defesa do amianto-crisotila, foram investidos 30 milhões pela Eternit e pela SAMA. Convenhamos, senhores, é uma importância expressiva. Entretanto, os resultados obtidos nessas ações de defesa não foram suficientes para reverter a imagem do produto, nem para inibir as iniciativas contrárias. A proatividade ostensiva da empresa nessa direção, acredito, possa ter acirrado ainda mais as iniciativas contrárias ao amianto, coincidindo com o início da queda de nossas vendas.

Hoje, a empresa considera, em função das experiências vividas, prioritário discutir e investir em alternativas para o futuro, ao invés de permanecer somente numa posição ideológica de defesa ostensiva do amianto-crisotila junto à opinião pública. Dessa forma, decidimos nos afastar da mídia e intensificar nossas ações de defesa do amianto-crisotila e seus derivados num trabalho corpo-a-corpo, junto à rede de distribuição, composta por 7 mil pontos de venda, aos profissionais da área e aos usuários dos nossos produtos.

Destacamos que 37 mil pessoas participaram, nos últimos três anos, de cursos e palestras ministrados pela empresa, com o objetivo de divulgar nossos produtos e serviços, mas também, e principalmente, orientar o uso seguro dos produtos com amianto e esclarecer as dúvidas correlatas.

Sabemos que o mercado é soberano em suas decisões. Independentemente de qualquer legislação a respeito e por força das campanhas contrárias

desenvolvidas, já se posiciona pela busca e exigência de novos produtos, iniciando-se, assim, novo ciclo de demanda por produtos que não contenham amianto. É o que podemos chamar, senhores, de banimento branco. Não se trata de uma projeção, muito menos de uma visão de futuro, mas sim de uma realidade que já estamos vivenciando no nosso dia a dia.

Quero citar como exemplo uma empresa avícola do sul do País que traz estampada em sua embalagem de produtos a mensagem de que as suas instalações não são cobertas com telhas de cimento-amianto.

Empresas multinacionais ou que tenham relações comerciais com estas, bem como empresas exportadoras, fazem fortes restrições aos produtos de cimento-amianto. Algumas estão substituindo suas coberturas e outras não as especificam mais para as suas obras. Somando-se a isso, a concorrência indireta também se prepara de forma muito intensa, através da realização de maciços investimentos, almejando conquistar parte significativa do mercado de coberturas na construção civil.

Como Relator Presidente da nossa Associação, a reportagem publicada em 4 de abril retrata muito bem essa pretensão dos concorrentes indiretos em tirar participação do nosso mercado. Cita os diretores. Diz o seguinte: A proibição é uma grande oportunidade para o setor siderúrgico elevar as vendas de aço galvanizado a residências na forma de telhas metálicas, cuja intenção de participação seria de 15%.

Paralelamente a isso, o setor cerâmico também está recebendo fortes investimentos com vistas a esse mercado.

Diante deste quadro, é imperativo assegurar a preservação e a perenidade das empresas e de seus entornos, acionistas, fornecedores, empregados e seus

familiares, comunidades e contribuições sociais. E para tanto estamos trabalhando com as seguintes premissas: primeira, capacitar as unidades industriais com tecnologias que permitam a polivalência na fabricação de produtos de fibrocimento com qualquer que seja a matéria-prima de reforço; segunda, atender a nova demanda por produtos sem amianto, preservando a nossa participação de mercado; terceira, buscar alternativas viáveis para a mineração instalada em Goiás, onde podemos destacar entre outros projetos em estudo a industrialização de magnésio metálico; quarta, permanecer na atividade de mineração e industrialização de amianto-crisotila enquanto houver demanda e a legislação assim o permitir.

Gostaria ainda de fazer um destaque para os usuários dos nossos produtos de telhas e caixas d'água de fibrocimento. Não existe nenhum relato na literatura médica e científica, tampouco junto à Organização Mundial de Saúde, de que as pessoas que utilizam esses produtos tenham contraído qualquer doença relacionada ao amianto. A minha contribuição está baseada em uma experiência de 26 anos de trabalho dentro desta companhia. Grande parte do tempo estive à frente da área comercial e pude percorrer inúmeros Municípios brasileiros vivenciando a realidade e a importância do produto. Mas, diante do quadro que relatei, a empresa não tem alternativa senão preparar-se para um futuro, que nos parece bastante incerto.

Agradeço aos senhores a oportunidade e permaneço à disposição.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan)- Agradecemos ao Sr. Élio Martins pela participação.

Ouviremos agora o Sr. Carl Sweet, Presidente da SANO S/A, Indústria e Comércio. S.Sa. disporá de dez minutos e terá uma tolerância de cinco minutos.

O SR. CARL S. SWEET- Senhoras e senhores, boa tarde.

Gostaria de agradecer aos Deputado Flávio Derzi, Presidente desta Comissão Especial, e ao Relator, Deputado Ronaldo Caiado, pela oportunidade de aqui expressar nossa opinião sobre esse assunto polêmico e mal compreendido.

Na qualidade de Diretor-Presidente da SANO S/A Indústria e Comércio, falo pela ótica de um industrial brasileiro. A SANO tem 85 anos, nunca tendo operado em outros países.

Na qualidade de Diretor-Presidente da ABICRISO – Associação Brasileira das Indústrias, Distribuidores, Sindicatos e outros defensores da utilização da fibra crisotila –, falo pela aliança de indústrias, sindicatos de trabalhadores, Municípios e outros que lutam unidos para evitar que uma grande injustiça seja cometida contra enorme parcela do povo brasileiro, principalmente os de baixa renda, e ao País.

Poucas pessoas sabem que o amianto é um mineral natural presente em 70% da crosta terrestre. Há cerca de trinta variedades, sendo que poucas têm interesse comercial. As rochas amiantíferas se dividem em dois grupos: as serpentinas (macias e sedosas, portanto, muito menos agressivas ao corpo humano) e os anfibólios — este último caracterizado por fibras duras, retas e pontiagudas, já banido em outros países, inclusive no Brasil, em função do risco à saúde das pessoas.

Em conseqüência dos efeitos da erosão, as fibras de amianto estão presentes no ar, nos rios, nos lagos, em todo o planeta, desde a Antártica, a Amazônia, até o Himalaia.

Portanto, todas as pessoas respiram fibras de amianto diariamente.

Os problemas relacionados com o amianto surgiram na América do Norte e na Europa, principalmente em função da utilização de amianto em larga escala em forma de pó, via jateamento, pulverização e outras formas. O uso do amianto em

forma de pó — principalmente os anfibólios — criou sérios problemas de saúde, pois o pó facilmente se misturava no ar que as pessoas respiravam.

A forma de utilização no Brasil foi totalmente diferente. No nosso caso, o mineral foi usado basicamente para fabricar coberturas e caixas d'água — produtos que não representam qualquer risco à população —, e a maior parte do amianto utilizado era, e continua sendo, da espécie crisotila.

Esse ponto de vista foi claramente reconhecido pelo atual chefe do Grupo Saint-Gobain para a América do Sul e atual Diretor-Presidente da Brasilit, o Sr. Jean Claude Breffort, em correspondência enviada à revista **Exame**, datada em 1º de julho de 1998, e envidada em 6 de julho de 1998 para todos os associados da ABIFIBRO (uma associação exclusivamente patronal) pelo então e atual Presidente desta entidade, Sr. João Carlos Duarte Paes.

Nesse documento o Sr. Breffort enaltecia o mineral, usando as seguintes palavras:

1 - O fibrocimento não oferece riscos à saúde dos consumidores, e isso é comprovado pela sua ampla utilização há sessenta anos no País, sem que qualquer caso tenha sido constatado;

2 - A utilização das fibras de amianto como matéria-prima é feita de forma segura e inclusive regulamentada por lei aprovada pelo Congresso Nacional (Lei nº 9.055, regulamentada pelo Decreto nº 2.350, de 15 de outubro de 1997).

A lei foi assinada pelo atual Presidente da República e todos os seus Ministros, sem exceção.

3 - Nos países de alto poder aquisitivo e com condições climáticas diferentes das nossas, os consumidores preferem outros produtos mais sofisticados e muito

mais caros. Daí o baixo consumo de fibrocimento, antes mesmo das restrições legais às fibras de amianto na Europa.

4 - No Brasil, o fibrocimento é líder inconteste no mercado de coberturas já há algumas década e terá ainda vida longa, pois é o material de melhor relação custo/benefício, longa durabilidade e excelente **performance** técnica a custos baixos. Atende perfeitamente às necessidades e condições do mercado brasileiro.

Esse senhor conclui ainda que a Brasilit confirma que continua com seu foco principal na atividade de fibrocimento.

É importante frisar que o grupo francês foi, durante muitos anos, forte defensor da utilização do mineral crisotila, sócio significante da mina brasileira e líder na implementação do uso seguro e controlado, tanto na atividade ligada à extração como na indústria de transformação. O conceito do uso seguro e responsável começou a ser implementado no Brasil durante a década de 70.

O baixo número de trabalhadores que infelizmente possam ter contraído doenças relacionadas à exposição à poeira de amianto contraíram-nas durante a época pré-uso controlado.

Desde então, os investimentos em métodos e equipamentos para a proteção dos trabalhadores, tanto na mina brasileira de amianto-crisotila – a mina Canabrava, a única em operação — como nas indústrias de transformação, fez com que os riscos para os trabalhadores hoje se tornassem insignificantes.

Este fato foi reconhecido em documento publicado no jornal **O Globo**, em 3 de fevereiro de 1999, assinado pelo Presidente da ABIFIBRO, Sr. João Carlos Duarte Paes, em que afirma que “as unidades industriais mantêm um patamar vinte vezes inferior ao exigido pela legislação brasileira e recomendado pela Organização

Mundial de Saúde (OMS). Os materiais de fibrocimento não trazem nenhum risco a seus usuários."

A segunda maior pesquisa do mundo realizada pela UNICAMP sobre a exposição de poeira de amianto nos trabalhadores da mina brasileira também reforça o que já é sabido em países como os Estados Unidos — que mantêm uma mina de amianto-crisotila operando atualmente no sul do Estado da Califórnia.

O sucesso da implementação de controles da mina de Canabrava fez com que a mesma passasse a ser uma referência mundial ainda na gestão dos franceses.

Canabrava também foi a primeira mina de amianto-crisotila do mundo a obter o ISO14.001 — prestigioso reconhecimento da gestão ambiental.

Tendência Mundial ou Paranóia Européia?

Diversos países de peso econômico que foram duramente afetados pelos malefícios causados pelo uso irresponsável do amianto (principalmente os anfibólios) reagiram de forma diferente aos problemas que ocorreram no passado.

O país com maior PIB mundial (EUA) e o segundo maior PIB (Japão — onde nunca houve pressão pró-banimento), junto com países como o Canadá e o México, optaram pela rígida regulamentação e monitoramento do uso e manuseio do mineral crisotila.

Não surpreendente, a lista de produtos permitidos nos EUA (por não oferecer nenhum risco significante aos trabalhadores e ao público, ao contrário, o EPA — Agência de Proteção Ambiental dos EUA — considera que o público se beneficia das qualidades únicas, eficientes e de baixo custo para materiais de construção e produtos de fricção) inclui telhas de cimento-amianto, pastilhas de freio de automóveis, mantas asfálticas contendo amianto-crisotila utilizadas em cima das

casas da América do Norte (antes da colocação de diversos tipos de coberturas, plásticas reforçados, produtos têxteis etc.).

Temos depois o exemplo do Equador — país que baniu para depois desistir do banimento do amianto-crisotila. A razão pela volta ao uso de produtos da marca Eternit foi a péssima qualidade contendo fibras não-naturais (o abaixo-assinado apresentou aos Deputados amostras dos péssimos produtos fabricados sem amianto e o folheto Eternit anunciando orgulhosamente a volta das telhas utilizando a “fórmula original”).

Poucos meses após a forte declaração pró-amianto feita pelo delegado-geral do Grupo Saint-Gobain e diretor-presidente da Brasilit à revista **Exame**, houve uma declaração à imprensa, em Paris, anunciando ao mundo que o grupo francês tinha decidido afastar-se da produção de amianto no Brasil e que iria ”negociar com seus parceiros brasileiros o banimento completo da comercialização desta fibra.”

Voilá! De repente, de um dia para o outro, tudo mudou. Não era mais nada disso. O negócio agora era partir para a utilização de um coquetel de fibras artificiais misturadas com sílica, mica etc. e com forte conteúdo de celulose, matérias-primas muito mais caras e de qualidade duvidosa — lembrem-se do exemplo do Equador.

Prosseguindo na implementação dessa nova postura, o Sr. Breffort, na qualidade de Diretor-Presidente da Brasilit, e representante e procurador da empresa Belga SODEPAR S.A.**,** firmou, em 30 de novembro de 1999, um acordo entre acionistas da Eternit S.A.

Nesse documento, na cláusula quinta, que trata da substituição progressiva e controlada do uso do amianto, a Eternit (dona da mina brasileira Canabrava) concorda com gestões que “venham a ser realizadas sob a liderança da Brasilit perante a comunidade, o Governo brasileiro e entidades não-governamentais,

visando a programar uma substituição progressiva e controlada do uso do amianto na fabricação de cobertura, caixas d'águas e artigos congêneres".

Fala-se também de outro acordo entre a Eternit e a Brasilit, no qual estipulam as medidas e as políticas que serão (na época) adotadas para esse fim.

É fundamental ressaltar a existência de uma terceira entidade denominada Eterbrás Tec Industrial, onde o Grupo Saint-Gobain, através de sua controlada Brasilit, detém o controle majoritário com 55% do capital social **versus** 45% nas mãos da minoritária Eternit**.**

Fato relevantíssimo é que a proprietária da mina de amianto-crisotila brasileira, a Eternit, depende da Eterbrás no que concerne à maioria de sua capacidade fabril no país – ou seja — a maioria da produção de telhas e caixas d'águas de cimento-amianto da marca Eternit são fabricados em unidades Eterbrás – sob controle do Grupo Saint-Gobain.

Prosseguindo, quem sabe já parte da estratégia do mencionado segundo acordo, o Diretor-Presidente da Eternit, Sr. Élio Martins, na qualidade de Diretor-Vice-Precidente da Eterbrás Tec Industrial, enviou proposta firmada para os associados da ABIFIBRO (a outra associação), datada em 22 de novembro de 2000, oferecendo tecnologia do refino da celulose para fabricação de coberturas e caixas d'águas usando fibras alternativas.

Essa atitude é, no mínimo, muito estranha. Como pode a dona da mina de amianto brasileiro assinar acordo dando a uma multinacional francesa total controle sobre o processo de banimento do mineral crisotila e, ainda mais, se oferecer a vender tecnologia e equipamentos para esse fim?

A quem interessa?

Convém salientar que a Europa não conta com nenhuma mina de amianto-crisotila economicamente viável.

Os países possuidores de minas operantes como a Rússia, China, EUA, Canadá e outros não demonstram nenhum interesse em fechar suas minas.

Por que deverá o Brasil fechar a sua mina, o que certamente ocorrerá caso a francesa Saint-Gobain, Brasilit, Eterbrás e Eternit conseguirem convencer os Srs. Deputados que de repente esse é um negócio nefasto após defenderem anos a fio o uso do mineral crisotila?

Quem ganha com isso? Certamente não é o Brasil, muito menos o nosso sofrido povo.

A rotulagem de produtos “sem amianto” muitas vezes falsamente induz uma idéia de segurança. Isso, na maioria das vezes, não é verdade.

É preciso ponderar, e muito.

Em muitos países desenvolvidos já se chegou à conclusão de que fibras artificiais e outras alternativas podem representar riscos à saúde humana e também devem ser controladas.

Poucos são os países que contam com a quantidade e diversidades de riquezas naturais como existem no Brasil.

Partir para alternativas artificiais, onde estaremos totalmente dependentes de tecnologia estrangeira, em detrimento dos nossos interesses estratégicos e nacionais, pode não ser a melhor solução.

Cito como exemplo uma listagem preparada pela ATSDR (Agency for Toxic Substances and Disease Registry – Agência para Substâncias Tóxicas e Registro de Doenças) e a Agência de Proteção Ambiental, ambas conceituadas entidades governamentais do EUA que, periodicamente, elaboram Listas de Prioridade

Nacional (NPL – National Priority List), que determinam substâncias identificadas como extremamente perigosas e tóxicas à saúde humana.

A lista publicada em 1997 contém 275 itens. Entre as substâncias consideradas perigosas e que demandam procedimentos controlados no manuseio/extração/transformação e, se for o caso, extremos cuidados ao serem desativados/destruídos ou tratados como “lixo”, os seguintes são listados por ordem de perigo à saúde humana, se expostos:

Quanto menor o número, maior o perigo.

1. Arsênico; 2. Chumbo; 3. Mercúrio. O nº 113 é o amianto-crisotila.

Entre os 275 itens listados, há 112 considerados mais perigosos do que o mineral crisotila. E certamente não queremos banir todos esses materiais.

Como um dos países do mundo mais ricos em recurso minerais, muitos dos quais podem fazer mal à saúde humana, se não manuseados de forma responsável e controlada, não podemos pensar em banir nossas riquezas naturais em favor de alternativas artificiais — especialmente quando a qualidade é inferior, o custo é mais caro e a tecnologia detida por grande grupos multinacionais.

Muito mais sensato é sempre tentar extrair, transformar e reciclar, minimizando ao extremo qualquer perigo à saúde humana e ao meio ambiente.

Como deve ser do conhecimento do Grupo Saint-Gobain, que reconhecidamente é o maior fabricante mundial de vidros, o uso controlado de muitos produtos é necessário para não prejudicar os trabalhadores, consumidores finais e o meio ambiente.

Exemplo disso é a fibra de vidro. No dia 24 de junho de 1994, a Secretária de Saúde e Serviços Humanos, órgão do governo americano, Sra. Donna E. Shalala, assinou um relatório que foi enviado e aprovado pelo Congresso americano,

oficializando a política do governo americano e considerando essa fibra um potencial carcinógeno. Nos Estados Unidos é obrigatório rotular fibra de vidro como carcinógeno.

Na opinião do abaixo-assinado, a mina Canabrava tem perdido mercado para minas estrangeiras muito em função dos preços e prazos que ora são praticados.

Essa tonelagem perdida poderia ser facilmente recuperada, tanto no mercado externo como nas exportações.

No mercado interno, e dentro de um cenário de um Brasil com o real estabilizado (inflação baixa), é difícil entender a razão de não faturar para os clientes nacionais a preços mais baixos e prazos mais longos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Pois não.

Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, pela riqueza dos detalhes que nos traz o Sr. Carl, solicito a V.Exa. prorrogação do prazo da sua exposição por mais cinco minutos, pelo menos.

O SR. CARL S. SWEET – Obrigado.

Prossigo.

Essa política ajudaria a mina a recuperar o mercado que ela perdeu para concorrentes estrangeiros. Esta é a principal razão para a redução das toneladas vendidas (e não a explicação de que o mercado está rejeitando a matéria-prima como andam afirmando, pois isso não é verdade). Aliás, muito poderia ser feito para aumentar o uso (e vendas) do amianto-crisotila dentro do País sem nenhum risco

para as pessoas e de forma que só geraria enormes benefícios para a sociedade e o País.

Um exemplo poderia ser aplicado nas rodovias e estradas do País. Adicionando no asfalto só 5% de amianto-crisotila faria a durabilidade das rodovias dobrar. Não só as estradas ficariam melhores, salvando milhares de vidas, como a freqüência da manutenção diminuiria significativamente. As forças armadas de muitos países desenvolvidos já descobriram essa técnica há muito tempo.

Em resumo, poderíamos poupar aos cofres públicos muitas centenas de milhões de reais só na área de transportes e ao mesmo tempo diluir os custos fixos da mina com o conseqüente aumento de produção.

Por que o banimento não é recomendado.

O banimento do amianto-crisotila no Brasil não é recomendado por várias razões. Primeiramente, o maior prejudicado será o povo de baixa renda, fato já reconhecido pelo chefe do grupo Saint-Gobain.

Na Europa, após o banimento, a grande maioria dos fabricantes quebrou. Os sobreviventes só conseguiram fabricar telhas sem amianto com uma espessura de 6 milímetros — sacrificando a qualidade e a durabilidade. Uma telha ou caixa d'água de cimento-amianto pode durar mais de 100 anos. Sem o amianto-crisotila a durabilidade gira em torno de 5 anos.

Mais grave ainda é que não existe tecnologia adequada para fabricação de telhas de 4 milímetros — se alguém perguntar, tenho os exemplos aqui. Isso é muito grave, pois a telha de 4 milímetros é a telha popular, a telha do povão de baixa renda, dos mais necessitados. A prova física disso está sendo apresentada aos Deputados presentes, com os testes feitos com as telhas de pouco mais de 4 milímetros com e sem amianto. Não há o que comparar.

O preço também é um fator relevante. Hoje não existe cobertura mais barata, com excelente qualidade e durabilidade, que a telha popular de 4 milímetros, que custa no varejo em torno de R$ 3,90, pouco mais do que um picolé.

Por que desamparar mais ainda nossa população sofrida? A quem interessa?

Investimentos em tecnologia de ponta.

A SANO S.A. Indústria e Comércio recentemente investiu milhões de reais na construção da mais moderna fábrica do mundo para fabricação de telhas de cimento-amianto para fins residenciais. Essa fábrica utiliza a última geração de tecnologia de ponta e é considerada totalmente encapsulada, assim eliminando qualquer risco para os trabalhadores.

O rumo brasileiro precisa ser no sentido de melhorar e evoluir. Hoje, com sua nova unidade fabril, a SANO, como indústria de transformação, é considerada por muitas uma referência nacional e mundial de uso responsável e controlado de suas matérias-primas. A fábrica não gera rejeitos, não gera poeira, não produz nenhum tipo de poluição. O risco para o meio ambiente é zero.

Convido os Srs. Deputados a visitarem não só a mina brasileira — um exemplo e orgulho nacional em termos de extração — como a unidade modelo da SANO. Será possível verificar o que hoje é possível tecnologicamente na indústria de transformação.

Por todas as razões supra-expostas, a ABICRISO e a SANO são totalmente contrárias ao banimento do amianto-crisotila. Preocupamo-nos com o povo e o País.

Pela nossa ótica, o futuro poderia ser como a seguinte foto projetada de uma aldeia japonesa, onde todas as casas foram construídas utilizando produtos feitos de amianto-crisotila, coberturas, paredes, pisos e outros mais.

Deixo uma cópia desta apresentação para a Presidência e a Relatoria desta Mesa. Agradeço a atenção a todos. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Lidia Quinan) - Agradecemos ao Sr. Carl Sweet a participação.

Ouviremos agora, com prazer, o Sr. Gilberto Carlos, Diretor Industrial da Frasle S.A. Da mesma forma, V.Sa. disporá de 10 minutos com a tolerância de 5 min.

O SR. GILBERTO CARLOS - Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Vice-Presidente desta Comissão, Deputada Lidia Quinan, o Relator, Deputado Ronaldo Caiado, e os nobres Deputados presentes.

Senhoras e senhores, gostaria de fazer um pequeno relato da nossa atividade. A Frasle é uma empresa criada em 1954 e trabalha com materiais de fricção, lonas de freio para caminhões e ônibus, pastilhas de freio para automóveis. É uma empresa genuinamente nacional, está sediada em Caxias do Sul e atualmente o controle da empresa pertence ao Grupo RANDON, também daquela cidade, tendo como grupo de acionistas os fundos PREVI e PETROS.

A Frasle fatura atualmente cerca de 200 milhões de reais. Possui duas fábricas no Brasil, em Caxias do Sul, e uma fábrica na Argentina. Empregamos atualmente 1.800 pessoas. Somos o líder latino-americano e uma das cinco maiores fábricas de material de fricção do mundo, considerando a quantidade produzida.

Com relação ao tema da Comissão, gostaria de dizer o seguinte: a Frasle pertence a uma indústria com características bastantes peculiares, tendo em vista que é fortemente influenciada pela indústria automotiva mundial. Em relação ao uso do amianto, a FRASLE somente utilizou e continua utilizando amianto do tipo

crisotila, sendo que o consumo anual gira em torno de 9 mil toneladas, o que corresponde a aproximadamente 4% da produção nacional.

Como existe uma forte influência da indústria automotiva mundial, a FRASLE hoje produz aproximadamente 50% de seus produtos sem amianto, sendo 100% sem amianto para o mercado de montadoras — aí vem a forte influência do setor automotivo mundial há mais de um década; 75% do mercado de exportação são supridos com produto sem amianto, cuja tendência é de crescimento; e 30% do mercado de reposição são abastecidos com produto sem amianto.

A Frasle iniciou esse processo de substituição mais uma vez levada pela grande influência da indústria automotiva mundial no início da década de 80, sendo a primeira empresa no Brasil a ter um produto de material de fricção sem amianto aprovado pela indústria automobilística. Isso foi no ano de 1982. De lá para cá, ela vem crescendo no desenvolvimento de materiais sem amianto, obviamente suprindo toda a indústria de montadoras de materiais de fricção, além de crescer bastante no mercado de exportação.

Com relação ao seu ambiente interno, a Frasle é uma empresa certificada pela ISO 14.001. Ela foi certificada no final de 1999 e, segundo nosso conhecimento, é a única empresa de material de fricção que foi aprovada pela ISO 14.001. Conseqüentemente, temos uma preocupação muito grande com relação ao controle do nosso ambiente interno e ao uso do amianto.

Temos uma dificuldade adicional, comparada ao setor de fibrocimento, porque trabalhamos com o processo quase 100% a seco. Portanto, temos uma dificuldade a mais para trabalhar com valores muito baixos de fibra no ar. Hoje estamos com 90% dos nossos postos de trabalho abaixo de uma fibra e 50% abaixo de meia fibra.

Nos últimos 5 anos, investimos aproximadamente 15 milhões de dólares na modernização do nosso parque industrial para podermos estar aptos a trabalhar com materiais sem amianto. Gostaria de ressaltar que não existe, do ponto de vista técnico, nenhuma dificuldade em termos alternativos sem amianto compatíveis com os materiais com amianto.

Hoje, existem dois pontos fundamentais: primeiro, a necessidade ainda de alguns investimentos em algumas linhas de produto para poder fazer a adaptação do processo com uso do amianto para o processo sem amianto. O segundo ponto, e o mais importante, é o que diz respeito ao mercado de reposição no Brasil.

Disse há pouco que estamos abastecendo hoje 30%, aproximadamente, do mercado com materiais sem amianto. A grande dificuldade com relação aos outros 70% diz respeito ao preço. Infelizmente, ainda, as formulações de material sem amianto são mais caras do que as formulações com amianto. Esse diferencial está gradativamente diminuindo, porém ainda tem um percentual importante.

Com relação ao escopo desta Comissão, a legislação para o banimento do amianto, temos algumas preocupações. A primeira é a de que a legislação seja de fato de caráter nacional. Existe uma preocupação crescente com relação ao pipocamento, usando um termo mais simples, de projetos de lei propondo o banimento do amianto em toda a Nação. Isso é muito negativo para o Brasil, porque se por acaso algum Estado tivesse um projeto de banimento antes do que a Nação, isso poderia criar problemas muito sérios, até de transferência de instalações industriais de um Estado para outro. Entendemos, então, que deva ser preocupação desta Casa uma legislação de âmbito nacional — esse é o primeiro ponto — e que seja dado um prazo mínimo necessário para permitir que se faça a conversão do amianto, sem prejuízo de faturamento e perda de emprego.

Essas eram as minhas considerações. Agradeço a oportunidade de participar desta Comissão. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Agradecemos ao Dr. Gilberto Carlos a participação.

Como último convidado, ouviremos o Sr. Luigi Biancheri, Diretor Presidente da Teadit Indústria e Comércio Ltda. Da mesma maneira, V.Sa. disporá de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. LUIGI BIANCHERI - Exmos. Srs. Deputados, senhores membros da Mesa, tentarei reduzir a cinco minutos minha exposição, primeiro porque todos estão cansados, e segundo porque o Dr. Gilberto apresentou bem alguns pontos similares ao do nosso setor.

A Teadit representa um setor industrial que usa o amianto, do qual até agora não se falou, em produtos de vedação industrial e isolamento térmico. Por ser novato em assembléias públicas abertas, não preparei nenhuma transparência, mas trouxe dois catálogos de produtos para os senhores entenderem quais são os produtos que estamos produzindo.

Basicamente, a Teadit é uma empresa de 800 funcionários, líder na América Latina e, atualmente, um dos grandes fabricantes em âmbito internacional, exportando para os Estados Unidos e a Europa. A empresa produz materiais têxteis para isolamento térmico e para equipamentos de proteção individual, para luvas, aventais, produz gaxetas, que se usam em válvulas e bombas, em toda a indústria química, petroquímica, papel, celuloses e outros, e produz juntas de vedação para indústria petroquímica, a PETROBRAS, e também juntas de vedação para a indústria automobilística.

No nosso segmento industrial a polêmica do amianto é diferente dos outros, porque há muito tempo já existe, para 95% dos produtos de amianto, um contratipo do amianto. Esses produtos existem há mais de dez anos por causa das exportações para os Estados Unidos. Hoje em dia estão ganhando cada vez mais espaço no mercado interno brasileiro, porque a campanha contra o uso do amianto faz com que o mercado se desloque para produtos sem amianto.

Apesar de as condições de uso do amianto dentro das empresas, pelo menos da nossa, sejam as mais seguras possíveis, fornecendo alguns números, temos hoje 80% da fábrica abaixo de meia fibra, e só 20% entre 0,8 e 1 fibra. Por ser um processo a seco, como o Dr. Gilberto citou no caso da indústria de fricção, é tecnicamente impossível chegar a 0,2 fibra, como está sendo apresentado no projeto de lei dos Deputados Fernando Gabeira e Eduardo Jorge. Caso seja levado adiante, o projeto necessitaria de correção técnica, porque o que se aplica em fibrocimento é impossível aplicar em outros materiais.

Nossa posição frente ao amianto é neutra: se se tem de usar amianto, usa-se; se não se tem, já existem alternativas. A pior das situações neste momento é a indefinição, o fato de pipocarem vários projetos. Teremos amanhã votação de projeto no Rio de Janeiro que prevê o banimento do amianto no Estado; se aprovado, haverá a perda de 3 mil empregos gerados no setor no Rio de Janeiro, sem haver o banimento nacional.

Sou Diretor do INDUCIMENTO, da Federação das Indústrias de Amianto. Teríamos perda de emprego e de arrecadação de imposto no Rio de Janeiro — estou citando o caso desse Estado porque o conheço —, enquanto em outras Unidades da Federação se continua usando amianto. Não vejo lógica nisso, parece-me injusto. Em resumo, nossa posição, no que se refere ao amianto, é no sentido de

que se decida rapidamente, a favor ou contra, porque o pior está nessa situação de "meio grávida", que não existe: ou se está ou não se está grávida. Isso causa prejuízos muito grandes.

Terminei minha exposição.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Agradecemos ao Dr. Luigi Biancheri sua análise.

Vamos passar a palavra agora ao primeiro orador inscrito.

O Deputado Jovair Arantes saiu. Concedo a palavra ao Deputado Emerson Kapaz.

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ - Sra. Presidenta, Sr. Relator, demais Deputados presentes, empresários e trabalhadores, vou fazer algumas considerações iniciais, uma pequena observação e pedir esclarecimento de dúvida que me ficou da exposição do Dr. Carl Sweet.

Inicialmente, temos de tomar muito cuidado com o enfoque que na Comissão, está sendo dado a esta discussão. Fica muito claro, pelas exposições vistas aqui, que, do ponto de vista da indústria, da própria SANO e de empresas que trabalham com telha de fibrocimento, com crisotila, a questão já não é mais, para cada um de nós, e friso este ponto, se o fibrocimento se transforma numa questão de seguridade para o cidadão ou não. Há argumentos de que isso de fato acontece, de que, em termos de proporção, o uso da crisotila no Brasil é muito menor do que em outros países que já a baniram e de que, se avaliarmos, poderíamos até continuar, em determinado período de tempo, usando-a. O problema já não está mais nesse ponto, mas em que, a partir de determinado momento, ela passou a ser banida no resto do mundo e para nós brasileiros a questão do banimento foi trazida pelos projetos que estão pipocando, independentemente da ação da nossa Comissão.

Isso começou a criar o que todos os expositores, talvez com exceção do Dr. Carl, levantaram como grande preocupação: a insegurança e o problema de não sabermos o que vai acontecer. Banir? Não banir? Deixar no ar ou não? Pela primeira vez, talvez, ouvindo as exposições aqui feitas dos próprios empresários do setor, que poderiam ser aqueles que, por já estarem produzindo em mina existente e instalação montada, poderiam estar defendendo, como foi o caso da Saint-Gobain. Só que, a partir de determinado momento, essa defesa passa a ser, em função de uma realidade existente, uma temeridade para o mercado brasileiro como um todo. Por quê? De que estamos tratando? De uma figura chamada consumidor, que, na ponta, se sente inseguro, por motivos a, b, c, d, porque há problemas na produção de fibrocimento, na caixa d'água. Pode ser menor no Brasil? Pode. Poderíamos continuar a deixar isso solto? Poderíamos, mas vai acontecer o que já está acontecendo: o banimento acontecerá inexoravelmente de baixo para cima, como já vem acontecendo em Municípios no Brasil e colocará mais ainda o consumidor numa posição indefinida. Na dúvida, vai querer o quê? Uma fibra alternativa.

Essa é a questão, e nós da Comissão deveríamos estar percebendo isso com muita clareza, porque existe a possibilidade, observada aqui por todos os que produziram e produzem, de se negociar um prazo, a chance de se fazer uma transição negociada para uma alternativa — não estamos falando em um ano, porque penso que, para o projeto de lei apresentado, é muito curto —, apresentada pelo Presidente da entidade de classe, em oito anos. Pode ser negociado até um período diferente, mas existe abertura para uma transição negociada, dita inclusive pelo Presidente da FRASLE S.A. Não dá é para conviver com essa dubiedade, porque fará o pior dos mundos; fará com que as empresas inexoravelmente passem para uma situação mais confortável: produzir a fibra alternativa, abandonar a

produção e não usar mais o fibrocimento, como ele mesmo admitiu no caso da sua empresa, que já está se preparando para fazer e já está fazendo essa transição.

O que temos de deixar bastante claro é que temos uma chance, na Comissão, ouvindo as exposições. E isso vai ficando cada vez mais claro. O Congresso Nacional é local de negociação e entendimento na busca de uma solução que não piore a situação existente. Podemos deixar a situação como está , não mexer. Nesse caso, corremos o risco de ter uma medida de cima para baixo, do dia para a noite, e, por exemplo, Hipoglós e mercurocromo não serem mais produzidos. De repente, o Ministro José Serra pode tomar essa decisão.

Se não acontece algo parecido, em função do que o mercado começa já a perceber, e quando esse elemento aparece claro, o consumidor olha, vê e se julga inseguro para comprar aqueles produtos. Não porque queira, mas porque na sua cabeça isso vai passar a ser uma evidência cada vez maior. Por quê? Porque os Municípios já estão banindo. Não porque estamos querendo, mas porque estão tomando iniciativa. São Paulo, cidade que repercute no Brasil todo, já baniu.

Temos chance de negociar uma transição segura, tanto para o consumidor quanto para a mina — e temos de nos preocupar com ela. O exemplo usado pelo Dr. Carl Sweet deu alternativas para o uso do fibrocimento no asfalto, e outras foram citadas aqui, que podem servir, nessa transição, inclusive na busca de opções a serem usadas sem criar risco à saúde do consumidor.

Vou citar o que vem acontecendo fora do Brasil. Uma empresa norte-americana produtora de fibrocimento já pagou indenizações de 800 milhões de dólares e proveu-se, por conta disso, de mais 500 milhões de dólares, ou seja, 1 bilhão e 300 milhões de dólares, por conta do uso do fibrocimento. A ação dessa empresa valia 45 dólares, passou a valer quatro dólares e agora está em seis.

Podemos bem imaginar que vai acontecer com os produtores e as empresas no Brasil se não houver alternativa clara, transparente, negociada, ao longo do tempo, que evite que a mina seja fechada e que paire insegurança no ar? Vamos caminhar quase na mesma direção. É muito importante termos essa percepção.

Finalizando, gostaria que o Dr. Carl Sweet me esclarecesse um ponto. Ele deu a entender que a Saint-Gobain fez pressão sobre a Eternit para que se chegasse a um acordo de acionistas, no qual a empresa concordaria com as gestões da Brasilit a favor do banimento. Não sei se entendi bem, e gostaria que essa questão fosse melhor esclarecida.

Do meu ponto de vista, penso que estamos com a possibilidade inédita de realizar acordo de transição, considerando o projeto do Deputado Fernando Gabeira e a possibilidade que as empresas estão dando de abertura, o que evitaria para todos um caminho que não vai ser controlado por nós, pelas empresas, nem por aqueles que gostariam de ter uma produção cada vez maior no Brasil, respeitando empresas nacionais e empresas que estão investindo há muitos anos.

O SR. CARL S. SWEET – Foi assinado acordo entre acionistas, envolvendo a Eternit. Não o trouxe, mas está arquivado na CVM e penso que qualquer pessoa pode ter acesso a ele e estudá-lo. Não sou advogado, mas para mim ficou muito claro que a Eternit, dona da mina, passou esse poder para a Brasilit, dominada pela multinacional Saint-Gobain.

Vou rebater algumas das suas afirmações. Não sou Deputado, não sei falar bonito. Dizer que esta é uma tendência mundial é esticar um pouco a imaginação. Existe um grupo de pequenos países da Europa que baniram o produto, e, talvez, estejam agora banindo algo que reflete muito pouca tonelagem. Mas Estados Unidos e México, onde a Saint-Gobain vendeu a MEXALIT, voltaram a trabalhar com

amianto, inclusive comprando três fábricas na Colômbia que trabalham com o produto. Há o exemplo da Eternit, no Equador, onde baniram o amianto. O produto foi tão ruim que voltaram: ”Regresso ao original, fabricado com a fórmula original, muito maior resistência.”

A maneira como foi utilizado o amianto no Brasil em telhas e caixas d’água não representa risco para quem mora nessas casas. Não há estudo no mundo que comprove que corre risco de saúde quem utiliza água armazenada em caixa d’água de cimento-amianto. Nos Estados Unidos da América do Norte ou na Europa, há pulverização, jateamento. Isso aconteceu muito pouco no Brasil, ou já seria situação de saúde caótica, afetando milhões de pessoas. Na minha ótica, não faz o menor sentido esse debate para banimento do amianto. Quem sai prejudicado é o povão.

Vou citar exemplo: os japoneses nos enviaram telha de 4 mm sem amianto. Peguei, para comparação, uma telha da SANO, e fiz vários testes, que constam no livro. Aqui está o resultado.

Na Europa, parece que a Eternit belga ou dinamarquesa teve problemas na Itália, porque trabalham com seis milímetros, o que encarece o produto. O povo brasileiro é necessitado. Cinqüenta e cinco por cento das nossas vendas são de telhas de quatro milímetros, uma telha praticamente descartável. Vou mostrar para os senhores o que acontece: esfarela-se. Aqui está a telha da Saint-Gobain, que passou pelo mesmo processo.

Então, por que prejudicar o povo brasileiro? Por que banir o amianto? Noventa por cento da produção na mina é para fabricação de telhas e caixas d’água. O que vai acontecer? Países da Europa e de outros continentes não usam essa telha, porque seu povo tem maior poder aquisitivo. Queremos que brasileiro evolua ao ponto de ter poder aquisitivo para comprar uma cobertura mais nobre. Aí,

passaremos a fabricá-la. Não há razão para banir o amianto do Brasil. Se a Eternit e a Brasilit pararem, acabou a mina.

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ – Essa é a preocupação.

O SR. CARL S. SWEET – Por que abrir mão de uma riqueza natural, se Rússia, Estados Unidos e outros países não vão fechar suas minas. Não faz sentido. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ – Só um esclarecimento. Na verdade, não somos nós que vamos ter o poder de controlar isso. No fundo é o consumidor. Se essa insegurança ficar no ar, é ele quem vai decidir. Esse é o maior problema.

Aproveito, Sr. Presidente, para pedir ao Sr. Jean Claude Breffort que esclareça a questão abordada pelo Sr. Carl Sweet da pressão sobre a Brasilit e a Eternit para que concordassem com isso. Uma dúvida também que tenho é que foi dado como informação pelo Sr. Carl Sweet que as telhas de produção de material alternativo duram cinco e não cem anos, como a de fibrocimento. Quero saber daqueles que produzem já alguma coisa com material alternativo se isso é verdade.

O SR. JEAN CLAUDE BREFFORT – Se a Sra. Presidenta permitir, estou à disposição da Mesa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) – Vou permitir. Porém, informo aos nobres Parlamentares que a Ordem do Dia está para começar. Portanto, temos de ser rápidos, porque ainda estão inscritos os Deputados Jovair Arantes, João Paulo e Jair Meneguelli, além do Relator.

O SR. JEAN CLAUDE BREFFORT – Sra. Presidenta, prometo ser o mais rápido possível.

Agradeço, uma vez que não é costume, ao Sr. Carl Sweet o testemunho de que defendi o amianto enquanto considerava possível defendê-lo. Eu mesmo havia apresentado essa indicação.

Sobre os acordos, posso dizer o que meus advogados nos recomendaram fazer. Os acordos assinados pelos acionistas da Eternit visam amenizar ao máximo os efeitos do possível banimento do amianto, através de pesquisa de investimentos em fibras alternativas. Disseram que não é apenas direito, mas obrigação; não é uma ação prudente, mas obrigação dos administradores das companhias, que, por omissão, poderiam estar infringindo as obrigações por lei a eles impostas. Ou seja, foi nada mais do que um ato legítimo dos administradores agindo no melhor interesse da companhia. Isso é o que posso dizer a respeito dos acordos.

Sobre saúde, nunca citei nenhum caso de que não acredito no uso do seguro. Os senhores nunca vão encontrar uma citação em que ataquei o amianto. Mas, para mim, a periculosidade da fibra está ultrapassada. Nossa responsabilidade de empresário nos obriga oferecer ao consumidor o que quer e não explicar-lhe que está errado.

Sobre a conclusão que apresentei, é importante dizer que nossa empresa nunca pediu o banimento. Houve um mal-entendido. Tentei explicar o caminho que nossa companhia pretende e vai seguir, haja banimento ou não. É nosso direito, estamos num país de direito. Tentei transmitir a V.Exas. minha profunda convicção de que o mercado irá obrigar os produtores de fibrocimento a ofertarem produtos sem amianto. Nesse contexto, se houver regra de passagem com prazo razoável, todo mundo vai sair ganhando: a mina, porque terá prazo maior para continuar vendendo, e poderá aproveitá-lo para viabilizar os caminhos indicados, e o setor do fibrocimento, porque a transição será progressiva. Se não for assim, corre-se o risco

de muitas empresas não terem condições de fazer a conversão com a velocidade requerida pelo mercado. E não me venham fazer a crítica, daqui a dois anos, que fomos nós que eliminamos nossos concorrentes.

A respeito das telhas, é fantasia dizer que umas duram cem anos e outras, cinco. Faz seis meses que a Brasilit está vendendo a mesma telha, uma com amianto e outra sem. E não existe um consumidor que saiba a diferença entre as duas. Essa é a realidade do mercado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) – Com a palavra o Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sra. Presidente, já até tinha, diante do que estava vendo, entregado os pontos, aceitado acordo para essa questão. Mas ao que assisti aqui, hoje, me deixou realmente perplexo. Cheguei à conclusão de que a Saint-Gobain é dona de uma série de empresas e investimentos no Brasil, entre as quais a Brasilit, que comprou a Eternit, que é a dona da Mina de Cana Brava. Logo, a Eternit depende da Brasilit, sob pena de ter seus problemas, se não a atender.

Diz o Sr. Jean Claude Breffort que sua empresa remeteu muito dinheiro para cá. E o que já foi daqui para lá? Eles estão trazendo dinheiro de graça? Fico inquieto com essas explicações, porque é a primeira vez que vejo o capital preocupado com o povo — estão preocupados com a saúde do povo. Por isso estão sugerindo o banimento do amianto e, no meu entendimento, trabalhando para isso. Não há outra explicação.

Hoje, estou horrorizado com o que ouvi neste plenário. Estou cada vez mais convicto de que estão fazendo um acordo econômico internacional para liquidar a produção brasileira e se instalarem no País, vendendo a preços que quiserem,

embora no começo vão vender mais barato. Até me lembrei da Arisco, o Deputado Ronaldo Caiado lembrou bem. Surgiu uma fábrica de tempero em Goiás que se chamava Marquito. Eles fizeram uma grande publicidade e colocaram o produto no supermercado. A Arisco, que tem mais poder de fogo, ia aos supermercados e, por exemplo, onde havia dez potes de Marquito, dava vinte dos seus ao dono do supermercado para levar a outra marca embora. Assim, a Arisco acabou com a concorrência. É o que acho que está acontecendo aqui.

O que interessa à Saint-Gobain? Fechar a mina, que não vai mais distribuir crisotila. Só o mercado brasileiro consome 70% do que produz. E nunca tivemos problemas de saúde pública no Brasil com relação a isso, a não ser um ou outro caso isolado, quando não havia controle sanitário. Ficou claro para mim que a Saint-Gobain tem o controle da Brasilit e da Eternit e da Eterbrás, mas não tem a mina, que é da Eternit... Ponto final:

Vão fechar a mina. E as autoridades brasileiras estão caindo nessa história. Os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Meio Ambiente não estão fazendo nada, entregando-se a uma multinacional que quer acabar com o produto brasileiro.

Admira-me muito os partidos de esquerda, que defendem a nacionalidade, que não querem privatização, que dizem não ao pagamento da dívida externa, defenderem o fechamento da mina. (*Palmas*.)

Sra. Presidenta, Sr. Relator, estou perplexo com o que ouvi aqui, hoje. Outro dia a esquerda disse que havia sentido nossa falta. Hoje, senti a falta deles também, porque não ouviram o que ouvi. Alguns chegaram após a fala dos expositores. Eles precisavam ter ouvido o que foi dito aqui hoje.

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ – Pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – V.Exa. está aqui desde o início da reunião.

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ – Não defendi fechamento de mina. É preciso deixar muito clara minha preocupação...

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Deputado Emerson Kapaz, a posição de V.Exa. ficará clara na hora da votação. Estou fazendo meu pronunciamento e quero que V.Exa. me respeite.

O SR. DEPUTADO EMERSON KAPAZ – Claro, claro que vai. Mas está mentindo em relação ao meu. Não defendi o fechamento da mina.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Não estou dizendo quem está ou não defendendo o fechamento da mina. Se V.Exa. não está, parabéns. Seja nosso aliado nesse processo de não-fechamento de uma riqueza nacional.

O consumidor, tão bem defendido aqui, sabe defender-se. Quando compra um produto e não fica satisfeito, não volta a comprá-lo. É assim no mundo inteiro. Já usei camisa de linho. Não uso mais, não gosto. Compro o sapato que gosto. O consumidor vai à loja de material de construção e compra o que quer: produto com amianto, com fibra alternativa. É assim que funciona o mercado no mundo inteiro. De repente, faz-se uma proposta para banir um produto. Como V.Exa. mostrou, com muita propriedade, o amianto ocupa mais ou menos o centésimo lugar na escala de produtos perigosos. Quantos teremos de banir antes dele?

Tenho três perguntas a fazer ao Sr. Élio Martins e ao Sr. Jean Claude Breffort.

Sr. Jean Claude Breffort, a Brasilit tem participação na Eternit?

O SR. JEAN CLAUDE BREFFORT – Essa pergunta já foi respondida: 13,4% do capital votante da Eternit.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Essa participação foi aprovada pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico? Faço essa pergunta, porque outro dia a Brahma queria comprar a Antarctica e foi necessária a aprovação da SDE.

O SR. JEAN CLAUDE BREFFORT – A participação da Brasilit na Eternit é coisa antiga, conhecida da CVM há mais dez anos...

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Perguntei da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, que controla o **dumping**.

O SR. JEAN CLAUDE BREFFORT – Claro que conhece. Todo o processo de criação da entidade foi submetido ao CADE e ao SDE, que conhecem todas as relações entre a Brasilit e a Eternit. É um processo completamente aberto, feito com fato relevante e com a aprovação do CADE.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, se isso aconteceu, teremos de questionar a SDE: por que não pode fundir a Brahma com a Antarctica e pode a Eternit com a Brasilit? Estou fazendo essas perguntas, porque depois vou trarei documentos.

Sr. Élio Martins, quem elege o Presidente da Eternit?

O SR. ÉLIO MARTINS – Deputado Jovair Arantes, a eleição do Presidente da Eternit é feita pelo Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Quem elege o Conselho de Administração?

O SR. ÉLIO MARTINS – Obviamente, os acionistas majoritários têm lugar no Conselho de Administração.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – E quais são os acionistas controladores?

O SR. ÉLIO MARTINS – Como já disse, não são exatamente controladores, são os que possuem a maioria das ações. Não possui um acionista controlador. Relatei aqui os principais acionistas e suas participações percentuais.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – V.Sa., por gentileza, pode repetir?

O SR. ÉLIO MARTINS – Dínamo — Fundo de Investimentos em Ações, 25,17%; Fundação Banco Central de Previdência Privada — CENTRUS, 17,49%; Brasilit S.A., 9,11%, empresa Saint-Gobain; Fundo de Participação Social BNDES, 8,41%; Amindus Holding AG, 6,81%; Empreendimentos e Participações Hoopar(?), também empresa de propriedade da Saint-Gobain, 4,31%.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sra. Presidenta, encerro meu pronunciamento, dando graças a Deus por estar presente a esta reunião, porque achava estar defendendo uma causa perdida, com posicionamento absolutamente errado. Mas firmo a posição de que o que estão querendo fazer não com Goiás, mas com o consumidor brasileiro, que tem um produto de preço baixo e de boa qualidade no mercado há vários anos, é mais uma safadeza internacional. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) – Concedo a palavra ao Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, nossa vida em Brasília é muito corrida: estive na audiência pública para debater parlamentarismo e presidencialismo, participei de reunião no Ministério do Trabalho, e até convidei o companheiro Jair Meneguelli, que me acompanhou. Esta é a razão por não ter participado de toda a reunião. Mas quem acompanha os trabalhos sabe do meu interesse e perseverança em manter a posição mais justa possível.

Pude ouvir a palestra do Sr. Jean Claude Breffort. Nunca mantive contato com as empresas que produzem esse tipo de material. A única relação que tive e tenho

com a Eternit é o contencioso que deixou em Osasco: centenas de trabalhadores contaminados e doentes, muitos morrendo à mingua, e ela fazendo caridade com pouca solidariedade. Essa é a imagem que faço dessa empresa e a relação que tenho com ela, empresa que durante muitos anos recolheu naquela cidade frutos, recursos, lucros e, na hora em que os trabalhadores mais precisaram, simplesmente baixou as portas e foi embora, deixando uma quantidade enorme de doentes e mortos, viúvas e órfãos. Essa é a história do amianto que conheço.

Semana passada travamos debate com vários cientistas. O representante da FIOCRUZ disse que o problema do amianto é de ordem pública. Pudemos, no meio da discussão, obter posição bastante segura desse representante para sustentar, com base nos estudos que a FIOCRUZ possui, que o problema grave se dá durante o desenvolvimento da cadeia do produto, não necessariamente na mina. Portanto, de fato, é material cancerígeno. Ele mesmo se disse favorável ao projeto.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, tenho insistido nesta Comissão na busca de alternativa. Concordo com o Sr. Jean Claude Breffort: o mercado e o consumo definem essas coisas. Algumas pessoas remam contra a maré, muitas vezes motivadas por interesses menores que, no fundo, comprometem os maiores.

Na Grande São Paulo, andando na periferia, podem ver-se caixas d'água, que, via de regra, não são de amianto, e quantidade muito grande de telhas também sem esse produto. Isso já é resultado do debate que se tem travado na sociedade brasileira, assim como em outras, com mais ou menos rapidez. Quer dizer, o consumidor tratou de separar essas coisas. No Brasil, vai ser inevitável o fim desse produto. Não adianta buscar um inimigo em qualquer canto.

O alarme foi dado; os produtos de cimento serão banidos pela própria opção do consumidor — é inevitável isso; os Estados e Municípios começam a fazer suas

opções. Diante disso, temos, cada um, de buscar nosso interesse. O empresário o que faz? Desenvolve tecnologias, produtos alternativos, que serão mais baratos, dependendo da escala, da concorrência e assim por diante. O Estado o que faz? Ele tem de preservar a saúde da população, por isso tem de tomar medidas. Quando o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior veio aqui, sua posição foi clara: isso é inevitável; por isso, quer ajudar a ultrapassar essa etapa.

Os trabalhadores da mina — digo com bastante humildade que é meu ponto de vista, ninguém precisa concordar com ele — precisam olhar para o futuro, que é quem pode apontar alguma luz. Se o Estado não tomar medidas para resolver esse problema, o mercado resolverá, a mina será fechada — é inevitável —, e os trabalhadores irão para a rua, pela lei do mercado. Se queremos preservar parte ou o conjunto dos postos de trabalho existentes lá, se queremos desenvolver novas tecnologias, novos produtos, vamos aproveitar o momento que ainda há, chamar os Ministros do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Presidente do BNDES e ver o que pode ser feito para que os trabalhadores não fiquem na mão daqui a alguns meses, porque a produção deixará de existir.

Sra. Presidenta, deixo essa posição registrada, porque, além do debate da saúde pública sobre o grave problema que representa o produto derivado do amianto, acho que há uma questão voltada para o mercado. E precisamos trabalhar nesse sentido.

Conversei com o Deputado Eduardo Jorge, há certo tempo, que sugeriu alternativa semelhante ao que algumas pessoas estão pensando: é preciso haver fase transitória. O Congresso Nacional pode posicionar-se em função disso, aliás contribuiria muito mais assim: juntar o Governo, ver o que pode ser feito a partir do

Estado, determinar regra de transição, para tranqüilizar a sociedade, e garantir uma saída minimamente razoável.

Deixo registrada essa posição, para que, lá na frente, não tenhamos solução por parte da Comissão Especial. E alerto para o fato de que só seu funcionamento fará com que a produção caia, porque os debates travados aqui são transmitidos pelas TVs, rádios e jornais, que manifestam sua posição, e mais pessoas vão deixando de consumir produtos que contenham amianto. A existência desta Comissão Especial gera conseqüências para a mina e toda a cadeia produtiva.

Por isso, precisamos correr, que significa uma saída razoável: preservar, cuidar da saúde pública, buscar uma alternativa para os trabalhadores da mina que, ao mesmo tempo, seja uma proposta razoável para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jair Meneguelli, último inscrito.

O SR. DEPUTADO JAIR MENEGUELLI - Sra. Presidenta, inicialmente, peço desculpas, porque também tive de me ausentar. É o que o Deputado João Paulo já falou: precisamos soltar o rojão e sair correndo atrás da vareta; bater o escanteio e ir cabecear para fazer o gol. São várias as nossas obrigações. Porém, tenho acompanhado bastante essa discussão, não somente a partir da instalação desta Comissão Especial, mas em audiências públicas que realizamos na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Começo pelo ponto em que o Deputado João Paulo fez rápida abordagem. A mina não tem alternativa: ela tem crisotila e não PVC. Não há jeito: ou a fecha ou não a fecha. O Deputado João Paulo, somos companheiros de partido, disse: “A mina não tem problema, o que tem problema é a cadeia”. Se é verdade que a mina não tem problema, e tive oportunidade de visitá-la recentemente, e verifiquei que lá

existe uma preocupação extraordinária, que pode até ser que há vinte, trinta anos, não houvesse, e se temos problemas na cadeia, como vamos resolvê-lo? Precisamos solucioná-lo.

Segunda-feira, coincidentemente, fui levar o carro da minha filha para trocar a pastilha de freio, e o menino da borracharia disse: "Vou por uma pastilha aqui que já não é mais de amianto, é de cobre." Tudo bem, era o que ele tinha, coloquei, não fui eu quem optei, ele mesmo comprou essa pastilha, porque acha que a de cobre é melhor. É uma questão do mercado. Fico preocupado.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Deputado Jair Meneguelli, posso fazer um aparte, com a permissão da Sra. Presidenta?

O SR. DEPUTADO JAIR MENEGUELLI - Claro.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Na realidade, os dados mostrados na última sessão é que o índice de mortes detectados nas pesquisas com amianto, em mina, é muito menor que na cadeia. Não é que não exista, é muito menor que na cadeia produtiva.

O SR. DEPUTADO JAIR MENEGUELLI - É claro, é um problema da cadeia. Em muitas empresas, não precisam ser as que fabricam telhas e caixas de amianto...

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Deputado Jair Meneguelli, conceda-me um aparte também.

O SR. DEPUTADO JAIR MENEGUELLI - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES - Então é uma questão de fiscalização, desculpe-me. É o Governo que não fiscaliza as condições de trabalho.

O SR. DEPUTADO JAIR MENEGUELLI - É, evidente. Existem empresas e empresas. Uma multinacional, que, através da robotização, da mecanização, é

absolutamente moderna, ainda tem o setor de fundição, que é maléfico. Não sei nem o que isso resulta, ao longo dos anos. Eu não trabalharia lá sequer por dois dias, tal o calor na boca de um forno. Temos de resolver isso.

A Previdência Social também já está discutindo esse tema. Em várias empresas, setores, funções, havia aposentadorias precoces, em função da nocividade do trabalho. O que as autoridades têm dito ultimamente? Não podemos ficar eternamente sobrecarregando a Previdência Social por aquilo que as empresas não melhoram. Chegou o momento de melhorarmos nas empresas para evitar que trabalhadores tenham aposentadoria precoce.

O mineiro de carvão tem de se aposentar com quinze anos de trabalho — se bem que acho que com cinco anos já está podre, não vai ganhar para o remédio. Não podemos ficar eternamente aposentando as pessoas com quinze anos de trabalho, temos de resolver o problema. Precisamos de equipamentos, de outro tipo de exploração que não leve prejuízo a esse trabalhador.

Já se fala de possível substituição do cloro pelo ozônio na água. Nem sei o que é ozônio, nem o que vai significar no futuro. O que está por trás disso? Será que é só questão de mercado? Se é, por que o Parlamento vai discutir se devemos comprar tomate com agrotóxico ou o produzido organicamente? Isso deve ser discutido no mercado. O consumidor vai procurar quem for mais competente em convencê-lo de que este ou aquele produto é melhor, é mais ou menos nocivo, tem mais ou menos nutrientes. Daqui a pouco, vamos ter de resolver o problema do cloro, do ozônio, da crisotila, do tomate, do veneno na laranja, e o Parlamento pára de analisar as leis maiores e discute o mercado.

Não sou médico, nem cientista, tenho na minha casa — já afirmei na reunião passada — duas caixas d’água: uma, de amianto, antiga, não tanto quanto eu, que

há 53 anos já bebia água de caixa d'água na casa dos meus pais; outra, comprada por minha esposa, quando da reforma da casa, e nem discuti com ela o assunto, que tem um dos componentes de PVC. Uma Deputada do nosso partido apresentou projeto que questiona o uso de PVC em brinquedos para criança, porque poderia ser tóxico. Parece-me que a composição dessa caixa leva lã de vidro, e eu conheço há muito tempo a nocividade causada por esse produto. Vou ser franco: não sei de onde vou pegar câncer, se dessa nova alternativa ou da caixa de amianto. *(Palmas.)* De uma das duas possivelmente, mas terei de consultar um médico para saber.

Até agora, em todas as exposições, percebi que as pessoas conseguem convencer, são ótimos cientistas, desde as audiências que tivemos na Comissão de Trabalho. No entanto, não estou convencido de que o Parlamento tenha de tomar decisão sobre essa matéria. Ela é responsabilidade do mercado: cada fabricante que faça propaganda e diga que seu produto é melhor, deixando o mercado resolver o que quer comprar. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Deputado Jair Meneguelli, desejo que V.Exa. nunca tenha câncer. Na condição de ex-portadora da doença e mãe de uma filha que pela segunda vez está com câncer, espero que o senhor nunca o tenha.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Agradeço à Sra. Presidenta, aos nobres Parlamentares e aos expositores que aqui se encontram até esta hora, suas exposições, que indiscutivelmente acrescentaram muito para nós que temos a responsabilidade de apresentar um relatório a ser avaliado por esta Comissão.

Serei bem sucinto em relação às perguntas. Em primeiro lugar, dirijo-me ao Sr. Élio Martins, Presidente da Eternit.

As afirmações do Sr. Carl Sweet realmente procedem, quando entrega documento a esta Relatoria dizendo que: “A maioria da produção de telhas e caixas d’água de cimento-amianto da marca Eternit são fabricadas em unidades Eterbras, sob comando do grupo Saint-Gobain”.

Destaco a V.Sa. que estes depoimentos não têm o rigor de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, esta é uma Comissão Especial, mas as reuniões estão sendo gravadas e taquigrafadas.

O SR. ÉLIO MARTINS – Primeiro, é preciso considerar a configuração do mercado. Hoje, temos três unidades da Eternit: uma fábrica no Paraná, outra em Simões Filho, Bahia, e outra em Anápolis, a Precon-Goiás. Na Eterbras temos também três unidades: uma no Rio de Janeiro, uma em São Paulo e outra em Goiânia. É óbvio que, dependendo do comportamento do mercado, pode ter-se variação dos volumes dos produtos colocados no mercado com a marca Eternit. Mas não existe — digamos — a predominância, de uma maneira estabelecida, de que os volumes da Eternit tenham de ser maiores dentro da Eterbras. O próprio mercado determina a variação desses volumes. Se nas regiões onde existem fábricas Eterbras o mercado se mostrar comprador, mais do que nas regiões onde estão as fábricas Eternit, pode ocorrer uma situação como essa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sucintamente, V.Sa. poderia informar a esta Comissão se, dentro de uma planilha que os senhores têm — é normal se trabalhar com planilha —, quais as que realmente têm maior fabricação e venda. A pergunta é objetiva. Se V.Sa. não tiver os dados, não é obrigado informar. Mas se os tiver, gostaria que não tergiversasse e desse a resposta. Procede a afirmação que nos foi trazida de que a produção de telhas e caixas d’água de cimento-amianto da marca Eternit são fabricadas em unidades Eterbrás.

O SR. ÉLIO MARTINS – As unidades Eterbras produzem as duas marcas. Posso encaminhar a esta Comissão, dentro de um histórico que os senhores julgarem necessário, o perfil das vendas de produtos Eternit dentro das fábricas Eternit e produtos Eternit fabricados dentro das fábricas Eterbras. Quero deixar bem claro que não existe determinação de volumes das marcas dentro dessas fábricas. O mercado é que regula esses volumes.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Pergunto ainda o Sr. Élio Martins sobre afirmativa feita e documento entregue pelo Sr. Carl Sweet. O senhor, na qualidade de Diretor Vice-Presidente da Eterbras Tec Industrial enviou proposta firmada para os associados da ABIFIBRO, datada de 22 de novembro de 2000, oferecendo tecnologia do refino da celulose para fabricação de cobertura e caixas d'água usando fibras alternativas?

O SR. ÉLIO MARTINS – Confirmo a informação, o documento existe. Obviamente, o objetivo disso foi que todo o setor estivesse preparado para enfrentar as mudanças que viriam. Na condição de Vice-Presidente da Eterbras, obviamente pelo fato de a Eternit ter participação de 45% no capital da empresa, temos também posição, embora não sejamos os controladores, somos apenas uma empresa coligada. O objetivo disso foi estender ao setor a oportunidade de ter acesso a custos simbólicos da tecnologia que estaria sendo desenvolvida dentro da própria Eterbras, a que a Eternit também tem acesso.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – Pergunto a V.Sa., que responde pela Presidência da Eternit, se é pensamento da empresa fazer negócio ou vender a mina de Minaçu.

O SR. ÉLIO MARTINS – Obviamente, como disse em meu pronunciamento, nunca apreciamos essa questão. O objetivo da Eternit sempre foi ter a mina como

controlada, explorá-la de maneira responsável, enquanto houver demanda e a legislação permitir. Em nenhum momento a Eternit colocou a mina à venda ou manifestou interesse em desistir da concessão. Da mesma forma, não se manifestou em relação à qualquer indenização. Esse assunto nunca foi considerado dentro da empresa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO – No momento em que temos um relatório em âmbito nacional, gostaria de levantar mais uma tese, hoje muito bem aclarada para nós. Somos médicos e sabemos que existe uma diferença muito grande entre saúde ocupacional e saúde pública. Realmente, não existe nenhum documento no País que comprove que o amianto-crisotila tenha provocado qualquer problema de saúde pública. Então, trata-se de saúde ocupacional.

As afirmações pessoais não têm força de prova na Comissão, só aquelas baseadas em documentos. Representantes da UNICAMP e USP trouxeram trabalho realizado com mais de 10 mil funcionários, sério, consistente, com toda metodologia médica e científica. Depois, um médico da FIOCRUZ afirmou que achava que se tratava de saúde pública. Há diferença muito grande entre achar e dispor de pesquisa com 10 mil casos para atestar o fato. Portanto, vamos discutir o que sabemos.

Como se trata de problema de saúde ocupacional e existem regras claras do Ministério do Trabalho, e o pensamento desta Comissão é exigir que em todo o processo, desde a exploração na mina até o consumo final do produto, haja controle sobre a utilização e a transformação do amianto, com regras de segurança, o amianto-crisotila pode ser tranqüilamente vistoriado em toda sua cadeia, e não vai trazer, com as normas atuais, as seqüelas que trouxe aos que manipulavam a fibra amianto anos atrás.

Existindo concordância em relação a isso, a pergunta que fica neste momento é: por que firmarmos a posição? Em sua exposição, o Sr. Jean Claude Breffort foi claro: a Saint-Gobain já não aceita mais a tese do uso do amianto. Se temos o uso seguro do amianto e se elaborarmos uma boa legislação — e vou debruçar-me sobre a argumentação do Deputado Jair Meneguelli, se o problema é mercado, por que, de repente, a estrutura que tem a concessão da mina se vincula a uma empresa internacional, que declara publicamente, numa Comissão, que só vê a extinção do amianto como utilização. Como podemos discutir saúde ocupacional se nesta Comissão foi aberta outra interpretação pelo Deputado Jovair Arantes? Infelizmente, esta Comissão não tem poderes de CPI. Está claro que não se trata de uma preocupação com a saúde ocupacional dos trabalhadores. O que está claro é que há uma queda de braço entre essa e o ponto de vista econômico. O relatório, que nos foi trazido pela ABIFIBRO e pela SANO S.A. Indústria e Comércio, começa a tornar perceptível para nós, Parlamentares, que não tínhamos conhecimento desses detalhes, que realmente algo está sendo maquiado. Apesar de se alegar preocupação com saúde ocupacional, na verdade se está buscando uma maneira de fazer com que uma estrutura maior, em âmbito mundial, venha interferir e fechar aquele patrimônio nacional: a mina de amianto-crisotila.

A partir dessa ótica, vamos começar a discutir esse assunto recorrendo ao CADE, ao STF, convocando esses membros do Governo Federal para que venham se pronunciar sobre essa situação, que hoje está a pedir maiores informações à Eternit e à Eterbrás. Vi a Saint-Gobain mencionar que tem empresas e fábricas no mundo todo. Interessante é que os americanos e os europeus são os que mais contaminam o mundo com CO2 e matam muito mais pessoas com doenças do pulmão do que o amianto. Pergunto: a Saint-Gobain está fechando suas chaminés

espalhadas pelo mundo? Hoje, o problema do efeito estufa é o que inquieta o mundo. Depois que tive a oportunidade de ouvir isso, como médico que sou, que exerce a medicina e se tem debruçado sobre a matéria, não vejo realmente um ponto consistente. Todos sabemos que o descuido na manipulação de qualquer mineral pode provocar uma doença, uma anomalia ou uma má formação no funcionário que trabalha com esse mineral. Sempre digo que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose. Não conseguíamos entender aquilo e, de repente, com essa explanação, com esse detalhamento dado pelas empresas, pelo mercado, revela que existem outros interesses. Não conseguia diagnosticar, com o instrumental da medicina, o porquê de toda essa luta. Precisamos de um uso seguro do amianto. Não sei se o produto é orgânico ou inorgânico; se foi usado agrotóxico ou não. Isso é o mercado quem vai discutir. Vamos estabelecer regras para que a população não seja envenenada. Mas vamos esclarecer os fatos: qual a dificuldade em se ter uma telha de amianto e uma mesma telha, de outro produto, para a população consumidora? Nenhuma.

Portanto, percebe-se que agora o interesse passa a ser dos Parlamentares. Qual é o jogo que está sendo montado para que o objetivo final não seja a saúde ocupacional dos funcionários, nem a preocupação com os consumidores? Esta não existe, mas, sim, com o fechamento da mina.

O caminho que nos foi desenhado aqui nos preocupa profundamente, porque mostra que está existindo interferência direta. E não vejo os europeus sendo bons conselheiros, no sentido de como devemos explorar as nossas riquezas minerais. Afinal, nós, brasileiros, respeitamos muito mais o meio ambiente do que eles, da Europa e da América. Fica esta preocupação.

As perguntas formuladas a V.Sa. serão muito importantes para que eu possa fundamentar o meu relatório. Gostaria que V.Sa. pudesse nos fornecer mais dados da Eternit sobre os pontos que apresentei.

Na presença da Sra. Presidente, formulo um requerimento, que vou apresentar na próxima sessão, para que tenhamos aqui representantes do Governo Federal, do CADE, da SDE, a fim de que realmente levemos esta discussão para o seu verdadeiro enfoque, que, realmente, não é a parte de saúde ocupacional, mas, sim, da luta de mercado de uma área sintética em detrimento de um minério natural.

Agradeço aos Srs. Convidados, aos Srs. Parlamentares e à Sra. Presidenta a presença. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Esta Comissão solicita ao Dr. Élio Martins que envie os documentos solicitados pelo Relator, no prazo de quinze dias, para que S.Exa. possa assim analisá-los.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Sra. Presidenta, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Solicito a V.Exa. que disponibilize, primeiro, as atas das sessões anteriores; segundo, os pronunciamentos dos convidados de hoje , para que possamos juntá-los aos nossos estudos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - O pedido de V.Exa. está sendo encaminhado à nossa Secretaria.

Esta Presidência faz agradecimento especial aos convidados de hoje: Dr. Jean Claude Breffort, Dr. Élio Martins, Dr. Carl S. Sweet., Dr. Luigi Biancheri, Dr. Gilberto Carlos, Dr. João Carlos Duarte Paes, Dr. Martim Afonso Penna.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Sra. Presidente, lembro a V.Exa. dos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Nós temos quatro requerimentos para serem votados, mas, como não temos número regimental para a deliberação, eles ficarão para a próxima reunião.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Sra. Presidenta, novamente, questão de ordem.

Eu fui informado que os expositores não deixaram os seus respectivos roteiros. Como normalmente demanda certo tempo a transcrição, seria bom que S.Exas. pudessem disponibilizar os seus pronunciamentos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Lidia Quinan) - Com certeza, Excelência. Peço aos expositores que não deixaram os seus pronunciamentos que os coloquem aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos, antes convocando para terça-feira, dia 15 de maio, às 14h30min, reunião desta Comissão Especial, com a seguinte pauta: audiência pública com os seguintes convidados: Dr. Adilson Conceição Santana, representante do Sindicato dos Trabalhadores de Minaçu, Estado de Goiás; Dr. Edson Luiz Bernardes, representante da CUT, Central Única dos Trabalhadores; Dr. Carlos Aparício Clemente, representante da Força Sindical, e Dr. Marcos Zanine, Presidente da ABREA, Associação Brasileira de Exposto ao Amianto.

Está encerrada a reunião.